

ATA N.º 11/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 8 DE MAIO DE 2019:

No dia oito de maio de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e sete minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as, Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para o período de 3 a 30 de maio de 2019, apresentado pelo Sr. Vereador José Calado Gertrudes, foi convocada, nos termos do nº 1, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Palmira Maria Santinhos Hortense. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar 2019

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2019

PONTO 4 – Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PONTO 5 – Comparticipação financeira na requalificação do Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela – Trabalhos a mais

PONTO 6 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022

PONTO 7 – Autorização para abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

PONTO 8 – Consolidação definitiva de regimes de mobilidade intercarreiras e intercategorias

PONTO 9 – Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artigo 69º, do decreto-Lei n.º21/2019, de 30 de janeiro

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização da 4.ª edição do Mercado Caramelo

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à associação da feira Comercial e Agrícola do Poceirão para realização da 30.ª Feira Comercial e Agrícola do Poceirão

PONTO 12 – Atribuição de topónimos no Bairro José Valente – Freguesia de Quinta do Anjo – Proc.º TOP-5201/2018

PONTO 13 – Atribuição de topónimos Na Urbanização “Casas da Quinta” – Barreiros – Volta da pedra, Freguesia de Palmela – Proc.º TOP-2080/2013

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

. Ata n.º 8/2019 – Reunião ordinária de 3 de abril de 2019

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Raul Cristovão, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

. Ata n.º 9/2019 – Reunião extraordinária de 10 de abril de 2019

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

. Ata n.º 10/2019 – Reunião ordinária de 17 de abril de 2019

A ata foi aprovada, por unanimidade.

DESPACHOS EMITIDOS PELOS/A SRS./A PRESIDENTE, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL / CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Seccção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos

processos despachados pelos/a Srs./a Presidente, Álvaro Amaro, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 17.04.2019 e 07.05.2019.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 15.04.2019 e 03.05.2019.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 17.04.2019 a 07.05.2019, no valor de 2.545.740,16 € (dois milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta euros e dezasseis cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 07.05.2019, apresenta um saldo de 8.788.068,58 € (oito milhões, setecentos e oitenta e oito mil, sessenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 7.430.053,40 € (sete milhões, quatrocentos e trinta mil, cinquenta e três euros e quarenta cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.358.015,18 € (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, quinze euros e dezoito cêntimos).

O Sr. Presidente coloca à votação a admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Voto de Pesar** (Américo Gonçalves).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar** (José Carlos Camolas).

Aprovado, por unanimidade, a admissão do voto de pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Clube Desportivo Pinhalnovense).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Leonor Medeiros).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Clara Sofia da Cunha Borges Silva).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Francisco Luís da Cunha Borges Silva).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura o Voto de Pesar que se transcreve:

. **Voto de Pesar** (Américo Gonçalves).

"Faleceu no passado dia 25 de Abril, Américo Gonçalves, músico e figura ligada aos Cirios do concelho de Palmela.

Américo nasceu na freguesia do Pinhal Novo em 1941. O avô, João da Silva Valente, veio, como tantos outros naquela época, de Corticeiro, um lugar de Cantanhede.

No Pinhal Novo frequentou a escola primária até à quarta classe. Foi aí que teve um contacto decisivo com a música, quando o Padre o convidou para fazer uma pequena apresentação numa flauta. Descobriu-lhe o gosto e foi aperfeiçoando o instrumento. Em Angola, durante a Guerra Colonial, decidiu comprar uma gaita de fole a um soldado português. Aprendeu, mais uma vez, sozinho. Para além da flauta e da gaita, Américo tocava acordeão, clarinete, saxofone, entre outros instrumentos, o que revela a sua profunda ligação à música.

Foi músico na Banda da Sociedade Filarmónica Humanitária, em Palmela, e na Sociedade Musical Capricho Setubalense. Foi também elemento de várias Bandas de música popular. Mais tarde, entrou no Círio dos olhos d'Água onde tocou gaita de fole e, mais recentemente, clarinete. Aqui, teve uma missão determinante para a sobrevivência deste Grupo de Gaiteiros: a de transmitir o repertório aos gaiteiros mais novos.

Este voluntarismo pode ser incomum. Tratando-se de repertório transmitido oralmente, pois não existem registos escritos, muitas vezes morre com o próprio gaiteiro que não quer, ou não tem a quem passar esta herança cultural. Américo fê-lo, e fê-lo de uma forma orgânica, como se não fizesse sentido que fosse de outra maneira. Fê-lo, provavelmente sem perceber que carregava em si uma herança fundamental, alicerce de uma identidade local e que, pelo seu altruísmo e humildade, pode hoje continuar a caminhar.

E é por este trabalho e dedicação à Música, com consequências reais na paisagem musical do concelho, que lhe foi prestada uma homenagem pública na cerimónia de inauguração da exposição «Paisagem sonora: a Gaita de fole», no dia 9 de março no Museu da Música Mecânica.

Reunida a 8 de Maio de 2019, na Biblioteca Municipal de Palmela, a Câmara Municipal de Palmela expressa o seu profundo pesar pelo desaparecimento de Américo Gonçalves, endereçando sentidas condolências à sua família e ao Círio dos Olhos de Água Associação Recreativa Cultural e Religiosa.”

Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Voto de Pesar (José Carlos Camolas).

“José Carlos Camolas faleceu no dia 6 de maio, aos 71 anos, deixando mais pobre o mundo desportivo e o concelho de Palmela.

Amplamente reconhecido pelo seu percurso no Sport Lisboa e Benfica, onde fez a sua formação e ao serviço do qual foi bicampeão, nas épocas 1966/67 e 1967/68 – as primeiras como sénior - o futebolista palmelense teve grande relevo, também, no União de Tomar, pelo qual alinhou durante oito temporadas.

Vestiu, ainda, as camisolas de clubes como o Belenenses, o Varzim, o Benfica de Castelo Branco, o Alcains, o Escalos de Cima e, como não podia deixar de ser, o Palmelense Futebol Clube, do qual foi um dos fundadores da secção de Veteranos.

Avançado de grande mobilidade, deixou saudades e amigos em todos os clubes do seu longo currículo, pela sua qualidade desportiva mas, também, pelas suas qualidades humanas, que motivaram, nos últimos dias, múltiplas reações e notícias nas redes sociais e nos principais

jornais nacionais, por parte das direções, treinadores, jogadores e, de forma geral, de todos os que com ele tiveram oportunidade de privar.

Reunida a 8 de maio de 2019, a Câmara Municipal de Palmela lamenta o desaparecimento de José Carlos Camolas e endereça sentidas condolências à família e ao Palmelense Futebol Clube, extensivas a todos os clubes por onde passou e deixou a sua marca profissional e pessoal.”

**Submetido o voto de pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura das seguintes saudações:

. **Saudação** (Clube Desportivo Pinhalnovense).

“O Clube Desportivo Pinhalnovense alcançou o título de Campeão da 1.ª Divisão Distrital de Iniciados (sub15), conquistando desta forma o direito de disputar na próxima época desportiva, 2019/2020, o Campeonato Nacional de Iniciados. O clube garante matematicamente o título de campeão distrital quando ainda faltam disputar 3 jornadas para terminar o campeonato.

Reunida em Palmela, a 8 de maio, a Câmara Municipal de Palmela saúda jogadores, equipa técnica, órgãos sociais e adeptos do Clube Desportivo Pinhalnovense pelo título de Campeão Distrital de Iniciados, desejando os maiores sucessos para a próxima época desportiva continuando a engrandecer e dignificar o Concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

. **Saudação** (Leonor Medeiros).

“Leonor Medeiros, residente em Aires, sagrou-se Campeã Nacional Absoluta de Golfe, ao vencer o Campeonato Nacional Absoluto – Audi, que se realizou entre os dias 25 e 28 de abril de 2019, no Montado Hotel & Golf Resort, Palmela.

Com apenas 15 anos, depois de se ter sagrado Campeã Nacional de sub12 (2014) e Bicampeã Nacional de Sub14 (2016 e 2017), alcança agora o título em Absolutos.

Reunida em Palmela, a 8 de maio, a Câmara Municipal de Palmela saúda Leonor Medeiros pelo título de Campeã Nacional Absoluta de Golfe, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

. Saudação (Clara Sofia da Cunha Borges Silva).

“Clara Borges Silva, residente em Pinhal Novo, atleta da Academia Pantera JiuJitsu de Pinhal Novo, sagrou-se Campeã Mundial de JiuJitsu, no escalão Infantil, 10 anos, no Abu Dhabi World Youth JiuJitsu Championship 2019, que se realizou entre os dias 20 e 27 de abril de 2019, em Abu Dhabi, Dubai.

Reunida em Palmela, a 8 de maio, a Câmara Municipal de Palmela saúda Clara Borges Silva pelo título de Campeã Mundial de JiuJitsu, Escalão Infantil, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

. Saudação (Francisco Luís da Cunha Borges Silva).

“Francisco Borges Silva, residente em Pinhal Novo, atleta da Academia Pantera JiuJitsu de Pinhal Novo, sagrou-se Vice-Campeão Mundial de JiuJitsu, no escalão Infantil (4 aos 9 anos), no Abu Dhabi World JiuJitsu Festival 2019, que se realizou entre os dias 20 e 27 de abril de 2019, em Abu Dhabi, Dubai.

Reunida em Palmela, a 8 de maio, a Câmara Municipal de Palmela saúda Francisco Borges Silva pelo título de Vice-Campeão Mundial de JiuJitsu, Escalão Infantil (4 aos 9 anos), desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

Informações / Assuntos diversos:

• **Semana da Freguesia de Palmela** – O **Sr. Presidente** informa que, no âmbito do programa semana das freguesias, a próxima semana de freguesia será dedicada à freguesia de Palmela. A semana de Palmela irá decorrer de 20 a 24 de maio e, como habitualmente, será dinamizada em parceria com a Junta de Freguesia. Irá contar com um programa muito rico e diversificado de reuniões de trabalho entre os 2 executivos, com o Movimento Associativo e Comunidade Educativa; com visitas a locais, bairros, empresas e obras em preparação e em curso; com apresentação de projetos e contacto com agentes locais. Destaca que no dia 21 irá decorrer a reunião entre executivos; entre os dias 20 e 22 com as habituais visitas a empresas e no dia 23, a reunião de câmara que irá decorrer na quinta-feira à noite, às 21 horas, na sede do Grupo Desportivo da Volta da Pedra. No dia 24, sexta-feira, irá decorrer o atendimento descentralizado mediante marcação prévia e, no final do dia, a conferência de imprensa para balanço da semana.

• **Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro** - O **Sr. Presidente** informa que estão a decorrer durante o mês de maio as Comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, com diversos acontecimentos, dos quais destaca, para além da sessão solene, os debates e simulacros, num programa partilhado com as 3 Associações de Bombeiros do concelho. Iniciou no dia 1, porque foi o dia do aniversário da Corporação de Pinhal Novo. A próxima semana, irá ser muito preenchida, da qual destaca um debate/seminário sobre "a segurança das crianças, a nossa responsabilidade" a realizar na Escola Secundária de Pinhal Novo na sexta-feira; simulacros em várias escolas do concelho e um exercício de atuação conjunta envolvendo as 3 corporações do concelho, na Escola Básica 2, 3 José Maria dos Santos em Pinhal Novo, programado para uma hora crítica em que, de facto, são centenas os encarregados de educação que se deslocam à porta da escola com viaturas para recolher os seus educandos e o exercício apontou, também um pouco para essa hora, para testar a operacionalidade em caso de ocorrência de algum problema grave. Depois, por causa das eleições para o Parlamento Europeu, antecipou-se a sessão solene para dia 19 de maio e irá decorrer no Auditório Municipal da Biblioteca de Pinhal Novo, com a receção às Entidades Oficiais, um desfile apeado e motorizado e a sessão solene de homenagem aos Bombeiros do concelho, com a atribuição de medalhas de comportamento exemplar. A generalidade dos eventos decorrem na freguesia de Pinhal Novo, porque rotativamente distribui-se por cada uma das freguesias das respetivas corporações, a coordenação da programação este ano está em Pinhal Novo, sendo que no ano passado esteve em Águas de Moura, pelo que para o próximo irá ser na freguesia de Palmela.

• **Caso social na freguesia de Marateca** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** dá conhecimento que no seguimento da intervenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense, na reunião de Câmara do passado dia 17 de abril, sobre um caso social na freguesia de Marateca, a munícipe em causa tem 62 anos, é beneficiária de RSI e, devido à sua situação social e de saúde, frequenta o Centro de Dia Brisa da Marateca. A senhora residia com o pai, até ao seu recente falecimento; a habitação onde reside, é uma construção antiga, de tipo rural, abastecida de água através de furo, ou seja, não tem canalização instalada e com fornecimento de energia elétrica. Considerando a idade do pai e a incapacidade da senhora, era um irmão, que não coabita, quem apoiava e tinha a responsabilidade de apoiar na gestão doméstica, nomeadamente, adquirir água engarrafada para beber e fazer o pagamento da eletricidade cujo contrato estava em nome do pai. No entanto, não o tendo feito, foi acumulada uma dívida e o fornecimento foi interrompido. Com o falecimento do pai, foi necessário saldar a dívida existente, e fazer um novo contrato, estando atualmente, já restabelecido o fornecimento de eletricidade.

Refere que os parceiros da Comissão Social de Freguesia, que acompanham este caso, já providenciaram a aquisição de um frigorífico, micro-ondas e televisão para a habitação; a senhora faz a sua higiene e alimentação no Centro de Dia, e diariamente leva alimentos cozinhados e acondicionados num termo, para a refeição da noite; foram-lhe fornecidos alimentos para fazer refeições frias durante o fim de semana, até ao restabelecimento da energia elétrica na habitação, por não ser seguro o seu manuseamento em equipamentos de gás. Portanto, o acompanhamento desta situação tem vindo a ser feito pela Comissão Social de Freguesia, com a intervenção específica, para além do Centro Social Sol Crescente, a que pertence o Centro de Dia que frequenta, da Junta de Freguesia, da GNR, da equipa local de RSI e da Cáritas. Informa que é também o Centro de Dia que apoia e acompanha a senhora nas suas compras de medicamentos e roupas. Refere que subsistindo problemas com partilhas, por morte do pai, também já foi providenciado apoio jurídico para acautelar os direitos desta senhora.

• **Fantasiarte 2018/2019** – O **Sr. Vereador Adilo Costa** informa que o Fantasiarte irá celebrar a 25.^a edição, promovendo a educação pela arte, através da aprendizagem com base na criatividade, na liberdade de expressão, no prazer de aprender e de experimentar caminhos diversos e alternativos, promotores de sucesso. Enquadrado, entre 2018 e 2020, no “Eu Conquisto o meu sucesso” – Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, o Fantasiarte vê reforçada a capacidade de recriar instrumentos, recursos e lugares artísticos que permitem inovar as aprendizagens com a comunidade educativa. Entre os participantes, com programa e espetadores, contam com a presença de cerca de 3700 crianças do pré-escolar, alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário, 350 professores/auxiliares e sessenta 60 programas artísticos, nas Festas de Encerramento do Fantasiarte, no Cineteatro S. João, entre 17 e 24 de maio. Estes programas, preparados ao longo do ano letivo, envolvem todos os Agrupamentos de Escolas e a Escola Secundária de Pinhal Novo, estando, também representadas as Instituições de Solidariedade Social, entidades de educação e ensino privadas, bem como Associações de Pais do Concelho.

• **ITU Multisport World Championships** – O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que decorreu em Pontevedra, Espanha, entre os dias 27 de abril e 4 de maio o ITU Multisport World Championship, organizado pela União Internacional de Triatlo (ITU), o qual integrou competições de triatlo e das várias disciplinas paralelas (Aquatlo, Duatlo, Triatlo Cross e Triatlo Longo). O atleta Marco Miguel, residente em Pinhal Novo, em representação da Federação Portuguesa de Triatlo, classificou-se em 6.º lugar, na prova de Duatlo, no Escalão Elite, que se realizou no dia 27 de abril. Na prova aberta, que decorreu no dia 30 de abril, Malvina Gomes, residente em Pinhal Novo, classificou-se em 8.º lugar, no escalão 40-44 anos, na prova de

Triatlo Cross. Também na prova aberta, que decorreu no dia 4 de maio, Rui Narigueta, residente em Pinhal Novo, classificou-se em 7.º lugar, no escalão 40-44 anos, na prova de Triatlo Longo.

• **Fins de Semana Gastronómicos e Concurso de Sopa Caramela – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no âmbito do programa de promoção gastronómica “Palmela – Experiências com Sabor!” irá realizar-se nos dias 10, 11 e 12 / 17, 18 e 19 de maio, os Fins de Semana Gastronómicos da Sopa Caramela, onde 18 estabelecimentos aderentes terão nas suas ementas esta generosa e reconfortante sopa, confeccionada, à base de feijão, repolho, couve caramela, nabo, toucinho entremeado, chispe, chouriço de carne, massa cotovelinhos, entre outros ingredientes. Integrado nesta temática, terá lugar no dia 18 de maio, na Adega ASL Tomé, em Pinhal Novo, mais uma edição do Concurso da Sopa Caramela, onde o painel do júri, composto por elementos da Confraria da Sopa Caramela, da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, da Câmara Municipal de Palmela, da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e da Adega anfitriã irão eleger a melhor Sopa Caramela do ano.

• **Mostra de Vinhos de Fernando Pó – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que decorreu no passado no fim de semana (3, 4 e 5 de maio) a Mostra de Vinhos em Fernando Pó, que teve um aumento significativo do número de entradas. Foram cerca de 8.500 os visitantes que se deslocaram a Fernando Pó e tiveram a oportunidade de provar os melhores vinhos produzidos no concelho de Palmela e contactar com os produtores, em pleno meio rural, no coração da região vinícola da Península de Setúbal. Dos 26 tintos e 14 brancos que estiveram à prova, a Câmara de Provadores da CVRPS - Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal escolheu os melhores tintos. O primeiro prémio foi para a “Fernão Pó Adega”, seguida da “Casa Ermelinda Freitas”, em 2.º lugar, que recebeu também o Prémio Escolha do Público e “Marcolino Freitas & Filho”, em 3.º lugar.

A Mostra realizou-se, este ano, uma semana mais cedo que o habitual e contou com a presença de 24 expositores, dos quais 12 são vitivinicultores, mas também de outros produtos regionais, como queijos, enchidos e doçaria. Uma exposição de equipamentos relacionados com a vinha e um programa de animação que incluiu provas comentadas, animação musical e também atividades de enoturismo, como visitas a adegas foram outros atrativos, num fim de semana de bom tempo, que convidou a visitar Fernando Pó

Questões apresentadas pelos/as Srs./as Vereadores/as

• **Urbanização do Choupal em Pinhal Novo – A Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que já havia solicitado a intervenção na reunião anterior em

relação às ruas de Pinhal Novo, como por exemplo, a Avenida da Liberdade que está a ficar com muitos buracos e também, em relação à urbanização do Choupal, que em tempos teve um parque infantil e que devia estar em mau estado, tendo sido retirado. Os moradores agora queixam-se que o parque infantil foi substituído por pedras e a zona não está aprazível.

• **Terreno nas traseiras da antiga Pluricoop – A Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que em relação àquele terreno que fica nas traseiras da Cooperativa do lado Norte do Pinha Novo, que não sabendo se é um terreno municipal ou se é propriedade de um promotor, mas que está muito degradado e cheio de buracos. As pessoas dali queixam-se não terem um espaço verde ou então um estacionamento, por isso questiona se seria possível criar ali uma bolsa de estacionamento, uma vez que que há muita falta de estacionamento.

• **Passadeira na Estrada do Cemitério de Palmela – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que uma das questões que coloca está relacionada com a estrada do cemitério, em Palmela que depois das obras da regularização do passeio junto ao cemitério, em que vários munícipes alertaram para a necessidade de colocar uma passadeira mesmo em frente à entrada do cemitério.

• **Praceta de Cabo Verde, em Palmela – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que na Praceta de Cabo Verde, e acha que esta questão já foi abordada há pouco tempo numa reunião de Câmara porque, é um facto, as ervas continuam a crescer, quer naquele terreno baldio que é mais complicado intervir, mas, principalmente, nos passeios e em toda a envolvente, desde a zona do Centro de Saúde até à zona da Julgado de Paz, portanto, alerta, mais uma vez, para esta situação e para a sua resolução.

Às questões colocadas pela Sra. Vereadora Palmira Hortense e pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, são dadas as seguintes respostas:

_ Retificação sobre a falta de água na Rua Bartolomeu Dias – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e refere que ficou na expectativa que a Sra. Vereadora Palmira Hortense fizesse uma correção pública face a uma morada aludida, na anterior reunião, que não fez. Portanto, esclarece, com o propósito de repor os factos, que relativamente à questão que foi levantada pela Sra. Vereadora Palmira Hortense na anterior reunião de Câmara sobre a falta de abastecimento de água público durante 4 dias na Rua Bartolomeu Dias, que após consulta aos serviços municipais, os mesmos confirmaram que não se registou nenhuma reclamação relativa a falta de água naquela rua e que seria expectável que uma pessoa que não tivesse água durante um dia, reclamasse junto da Câmara, quanto mais 4 dias. Portanto,

na anterior reunião pública solicitou à Sra. Vereadora Palmira Hortense, que confirmasse, se efetivamente se tratava da Rua Bartolomeu Dias ou se era uma outra rua, para que a autarquia pudesse cumprir com a sua missão de intervir e servir a comunidade. Recorda que a Sra. Vereadora Palmira Hortense confirmou tratar-se da Rua Bartolomeu Dias, sobre o qual solicitou o contacto desse ou dessa munícipe para que a autarquia averiguasse a situação no sentido de a resolver, apesar de ter dito que iria fornecer esse contacto, no final da reunião de Câmara, acabou por dizer que tinha visto essa situação no Facebook e que não tinha o contacto dessa pessoa. Sugeriu ainda que pudesse através da sua página, verificar qual o contacto da mesma pessoa no seu Facebook e ficou a aguardar. Contudo, até à data de hoje, não foi dada a identificação da pessoa, o contacto da mesma, que mais uma vez realça a estranheza de haver uma pessoa a queixar-se de não ter água em casa há 4 dias, sem contactar os serviços municipais. A Sra. Vereadora Palmira Hortense referiu ainda outro caso, de uma outra munícipe, identificando-a, a que lhe esclareceu de imediato que o assunto estava a ser acompanhado e que não havia qualquer falha imputável à autarquia. Salaria que também a Sra. Vereadora Palmira Hortense, no final dessa reunião, corrigiu o lapso, pois o segundo caso que apresentou, não se tratava da Rua Bartolomeu Dias, mas sim do Bairro Joaquim Maria e, por isso, está aqui publicamente para informar que não se tratava da Rua Bartolomeu Dias, mas do Bairro Joaquim Maria, ainda que nesse caso, também teve a diligência de informar essa munícipe que os serviços municipais já estavam no local a corrigir a situação e verificaram que não havia nada a corrigir e que a falta não era imputável à autarquia ou a qualquer desempenho dos trabalhadores da autarquia. Portanto, ainda assim, prontamente enviaram novamente uma equipa ao local, para verificar a situação. A situação foi verificada e no sentido de repor a verdade, esclarece que não houve nenhum descuido da parte dos trabalhadores da autarquia que, de alguma forma acabaram por sentir-se menosprezados com esta situação, no entanto, o que se passou, foi uma torneira de segurança da rede predial que estava fechada. Portanto, nestas questões é necessário repor a verdade, também por quem está a desempenhar a sua missão e o seu trabalho condignamente.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que foi induzida em erro e tal como a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho referiu, no final da reunião de Câmara solicitou o contacto da munícipe, mas que até à data não o disponibilizou.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** apela à Sra. Vereadora Palmira Hortense e restantes vereadores/a que, todos têm aqui uma missão a cumprir, efetivamente, são a voz de quem os elegeram e, portanto, é normal que todos queiram fazer o melhor em prol da comunidade e é normal que queiram dar voz àqueles que vêm ter connosco, colocando questões concretas que, obviamente, a autarquia nem sempre consegue atempadamente fazer valer aquilo que é a sua obrigação, mas têm de ser criteriosos quando apresentam questões nas reuniões de Câmara, porque publicamente estão a fazer determinadas afirmações que depois, nem sempre correspondem à verdade, como foi este o caso, que não abona a ninguém, e por isso faz este

apelo, para que sejam mais criteriosos/as naquilo que publicamente colocam à consideração do dia nas reuniões de Câmara.

_ Av. da Liberdade e Urbanização do Choupal, em Pinhal Novo – O **Sr. Presidente** refere que, de facto, na Avenida da Liberdade existe alguns buracos pequenos na parte alcatroada, entre o cruzamento da Rua Samuel Lupi Santos Jorge e os Bombeiros Voluntários. Relativamente a problemas no pavimento de alcatrão a equipa municipal tem essa questão devidamente recenseada, tem sido dada prioridade à reposição de betuminoso em locais onde se verificaram ruturas, mas as situações estão identificadas e estão dentro do plano de trabalhos. Tratando-se de problemas com calçada, seja fina ou grossa, deve ser reportado à Junta de Freguesia de Pinhal Novo, porque está descentralizado na Junta de Freguesia essa reparação.

Relativamente à Urbanização do Choupal, de facto, foi desmontado o brinquedo que foi colocado pelo promotor e esclarece que aquele espaço não reúne condições para ter ali um espaço de jogo e recreio, mas irá procurar analisar com a Divisão de Cultura, Desporto e Juventude que tem a área de espaço de jogo e recreio, o que é que possa estar previsto para aquela zona, seja um brinquedo para as idade 3-9 ou um outro equipamento que sirva para uma área etária mais intergeracional. Refere ainda que no Orçamento estão previstas dezenas de milhares de euros para remodelação e reabilitação de espaços de jogo e recreio, porque existem muitos no concelho, mas atualmente, as questões de segurança estão em 1º lugar e, portanto, esse investimento está previsto, como também a renovação e remodelação de alguns espaços.

_ Terreno nas traseiras da antiga Pluricoop – O **Sr. Presidente** refere que o terreno localizado nas traseiras da antiga Pluricoop, trata-se de um espaço que competia à Pluricoop ter terminado, ou seja, na época, para a atribuição da licença de utilização foi necessário contar com uma cedência de terreno que, aliás, tinha sido também oferecido à Pluricoop, a cedência de espaços exteriores para fazer o estacionamento e foi necessária também, quando a Avenida naquele troço passou a ter sentido único, pintar lugares de estacionamento que estão junto ao muro do Pinhalnovense para perfazer o número de lugares obrigatórios pelo Plano Diretor Municipal para este tipo de unidades comerciais. A Pluricoop foi protelando esta questão e por outras razões que são públicas, acabou por não concretizar a obra. Apesar de não estar previsto nas Grandes Opções do Plano, é algo que vai ter de ser introduzido nas GOP, porque, de facto, é um importante espaço e uma bolsa de estacionamento. Até lá, a autarquia vai tentar minimizar os impactos, com uma niveladora, com uma recarga de pó de pedra e também acentuando ali a zona de drenagem de águas, para fazer ali uma correção porque é um espaço muito importante para desenrascar o estacionamento até haver um projeto. Esclarece que nem

toda a área é espaço público, junto à Rua dos Bombeiros Voluntários que não é a Avenida da Liberdade, existem 2 lotes que fecham o quarteirão, ou seja, são privados.

_ Passadeira na Estrada do Cemitério de Palmela – O **Sr. Presidente** refere que a berma onde as pessoas devem circular tem agora um passeio e deve ser por aí que devem circular e por isso não há necessidade na colocação de uma passadeira. Mas a outra berma, que ainda não está tratada, tem uma valeta e habitualmente não se fazem passadeiras para um sítio que não tem possibilidade de fuga. Ainda assim, irá ser analisado para perceber se mais uma passadeira ali, facilita ou é geradora de algum perigo, porque existem passadeiras em determinados sítios que podem ser um convite para alguém atravessá-la e gerar um acidente. Portanto, será uma questão que irá ser analisada tecnicamente.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que o que o Sr. Presidente referiu faz sentido, mas, naquelas imediações, aliás, na própria estrada só há uma passadeira, no início da estrada.

O **Sr. Presidente** confirma que há uma passadeira entre o Bairro de São Julião e o loteamento da antiga Expofirme, que é onde residem pessoas. De resto, as bermas são acessíveis, mas podem estudar esta questão, até porque é uma estrada sinuosa.

_ Praceta de Cabo Verde, em Palmela – O **Sr. Presidente** refere que através do Sr. Vereador Pedro Taleço, tem a informação que está planeada a aplicação de deservagem química, precisamente para esta semana, só não foi possível começarem por causa das condições climáticas. É uma situação que estava contemplada no plano de trabalho.

Quanto à Praceta e a zona mais central, como é pública, informa que já está adjudicado o projeto para a reabilitação daquele espaço que inclui, para além do reforço dos taludes, inclui também a colocação de um espaço de jogo e recreio e um equipamento de lazer, que está em falta naquele loteamento. Portanto, também está prevista esta intervenção.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 01_11-19:

«Dando continuidade ao Programa Mecenaz de Palmela, propõe-se que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceite as doações que a seguir se discriminam:

| | | |
|---|---|---|
| IMEGUISA, INDÚSTRIAS METÁLICAS REUNIDAS, S.A. Rua 5 de Outubro s/n apartado 57 2951-901 QUINTA DO ANJO NIF: 503 926 310 | Espetáculo no valor de € 2.000,00 (dois mil euros) | Palmela Wine Jazz |
| HANON SYSTEMS PORTUGAL, S.A. Estrada Nacional 252, km 12 2951-503 PALMELA NIF: 510 468 314 | € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) € 750,00 (setecentos e cinquenta euros) | Semana Europeia da Mobilidade Clique sem Idade |
| PAULINO MESTRE, UNIPESSOAL, LDA. Rua Luís Gonzaga do Nascimento 16 A 2900-447 SETÚBAL NIF: 513 801 855 | Trabalhos no valor de € 2.000,00 (dois mil euros) | Intervenção em casa de munícipe com mobilidade reduzida |
| MANUEL ANICETO - DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, LDA. Zona Industrial Vila Amélia Estrada dos 4 Castelos, lote 88 2950-805 Quinta do Anjo NIF: 514 563 656 | Materiais de construção no valor de € 372,93 euros (trezentos e setenta e dois euros e noventa e três cêntimos) | Intervenção em casa de munícipe com mobilidade reduzida |
| BÁRBARA & BÁRBARA, CONSTRUÇÕES, LDA. Rua dos Lusíadas, nº 18 r/c 2955-180 PINHAL NOVO NIF: 507 928 636 | Trabalhos no valor de € 1.105,00 (mil cento e cinco euros) | Intervenção em casa de munícipe com mobilidade reduzida |
| CULTO CAFÉ ALMA CARA LDA Beco D. João de Castro nº 10 2º Esq 2950-206 PALMELA NIF: 509 265 634 | Serviços de Catering no valor de € 500,00 (quinhentos euros) | Duas (de) Mãos por Palmela e Palmela Wine Jazz |

Mais se informa que as presentes doações perfazem a quantia de 7.477,93 (sete mil, quatrocentos e setenta e sete euros e noventa e três cêntimos).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar 2019.

PROPOSTA N.º GAP 02_11-19:

«Conforme o disposto no artigos 29.º e 30º do Regulamento das Condecorações do Município de Palmela, na redação dada pelo Aviso nº8043/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, de 22 de julho, a Medalha Municipal de Comportamento Exemplar destina-se a galardoar os agentes dos Bombeiros Voluntários que se tenham distinguido, ao longo de período determinado, pelo zelo, dedicação e exemplar comportamento no exercício do seu cargo – 15, 20 e 25 anos de bom e efetivo serviço, em situação de atividade no Quadro, sem sanções disciplinares, e que, ao longo deste período, tenham boa informação de serviço e exemplar comportamento, demonstrando qualidades morais e profissionais e que não possuam, nos últimos 5 anos, avaliação de desempenho inferior a Bom.

De acordo com o artigo 32º, esta condecoração deverá ser entregue, de preferência, em cerimónia solene, no Dia Municipal do Bombeiro, previsto para dia 19 de maio de 2019 em Pinhal Novo.

Tendo em consideração a listagem apresentada pelos Comandantes das Corporações de Bombeiros do Concelho, **propõe-se**, nos termos do artigo 31.º do referido Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Comportamento Exemplar aos Bombeiros e Bombeiras aqui identificados, nos seguintes graus:

Medalha de Grau Ouro (25 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS MISTOS DE ÁGUAS DE MOURA

EDGAR MANUEL CONSTANTINO JORGE

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE PALMELA

JOÃO ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA

Medalha de Grau Prata (20 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE PALMELA

Carla Susana dos Santos Dinis

Paulo Alexandre da Cruz Cardoso

Fernando Teles Vigário

Medalha de Grau Cobre (15 Anos):

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS DE PALMELA

Rafael Alexandre Martins Ferreira.»

O **Sr. Presidente** acrescenta os seguintes esclarecimentos:

. Esta informação e esta proposta são da exclusividade dos Comandos das Corporações de Bombeiros do Concelho, e nos termos do regulamento têm de aprová-la, pelo que esclarece que nos 2 últimos anos, quem já tinha muitos anos de bom serviço, foram homenageados e este ano são menos, enfim, cada ano vai variando o número, mas são aqueles que efetivamente perfazem os 15, os 20 e os 25 anos com uma folha de serviços íntegra.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 3 – Atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado 2019.

PROPOSTA N.º GAP 03_11-19:

«Conforme o disposto no artigo 24º do regulamento das Condecorações do Município de Palmela, a Medalha Municipal de Serviço Prestado destina-se a galardoar os trabalhadores e trabalhadoras que, cumprindo determinado período de carreira- 15, 25 e 35 anos – tenham revelado, no exercício do seu cargo, assiduidade e comportamento exemplar, devendo, de acordo com o artº 27º do mesmo diploma, ser entregue em cerimónia solene no dia 1 de junho, Dia do Concelho.

Tendo em consideração a listagem relativa à contagem do tempo de serviço e as informações complementares fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos propõe-se, nos termos do artigo 26º do referido Regulamento, a atribuição da Medalha Municipal de Serviço Prestado aos trabalhadores e trabalhadoras que aqui se referem, nos seguintes graus:

Medalha de Grau Ouro (35 anos de serviço prestado)

- Álvaro João Vaz Margaço
- Ana Isabel Santos Costa e Silva
- Joaquim Francisco Rosa Casimiro Cardoso
- Luísa Maria Campos Mourato e Silva
- Luísa Maria Oliveira Gama
- Maria Clara Coelho Caetano Correia
- Paulo José Coelho Mota Serrano
- Regina Maria Costa Ferreira Reinho
- Rui Manuel Paciência da Silva

Medalha de Grau Prata (25 anos de serviço prestado)

- Afonso Henrique Jorge Loureiro
- Arminda de Fátima Fernandes Campos
- Célia Maria Carvalheiro Mota
- Dolores Almeida Matos
- Maria Luísa Pereira Guerreiro
- Maria Rosa Cardoso Figueiredo Serrano
- Vasco Manuel Tavares Narciso

Medalha de Grau Cobre (15 anos de serviço prestado)

- Aida Cristina Militão Soares
- Ana Patrícia dos Santos Fialho
- Andrea Nazaré da Silva Podence
- António da Piedade Vasques
- António Francisco Rodrigues Prata
- Bruno Afonso Durães Pereira Cordeiro
- Bruno José Coutinho Melício Nunes
- Bruno José Rosa Correia
- Carlos Manuel Fernandes Serrano
- Cátia Susana Pedrogão Bastos
- Cristina da Conceição Lima Félix
- Delfina da Conceição Camacho Barrocas Sebastião
- Elisabete Maria da Silva Santos Silva
- Emília Maria Gonçalves Peralta Ferreira
- Fátima Filipa Bruno da Silva
- Fátima Gama Antunes Martins
- Fernando Manuel Campos Contente
- Helena Isabel Gonçalves Teixeira Neves Mendes
- Idalina Manuela Tavares Polido
- Isabel do Carmo de Sousa da Costa Claudina
- Isabel dos Santos Monteiro
- Isabel Maria Pereira dos Santos Joaquim
- Isabel Maria Tavares Roque
- João Carlos Alves Horta
- João Carlos Silva da Cruz Mosca
- Jorge Paulo Amador Felicíssimo

- José Cavaleiro Fernandes
- José Francisco de Matos
- José Marques Ribeiro
- Luís Fernando Saraiva da Silva
- Luís José Gameiro Fernandes
- Manuel Joaquim Ribeiro Faria
- Marco Cândido Pereira Nascimento
- Maria Augusta de Almeida Gomes Marques
- Maria Celeste Ribeiro Martins
- Maria João Alves Brito Dâmaso
- Maria José Rosa Pereira Cascarrinho
- Maria Orlanda Ferreira Semião
- Marlene Nilza de Barreto Vicente da Silva
- Orlando José Cardoso Cantante
- Otília Maria Ezequiel Faria Fernandes
- Paula Alexandre da Silva Francisco Carvalho
- Pedro David Ataz Ribeiro
- Pedro Miguel Carvalho Chula
- Rui Francisco Ferreira
- Rui Manuel Mourinho da Silva
- Vera Lúcia Cabrita Simão»

O **Sr. Presidente** acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Refere que ainda estão numa fase de reuniões preparatórias com a Comissão de Condecorações da Assembleia Municipal a tratar das propostas que irão apresentar para as distinções a atribuir no Dia do Concelho, a cidadãos e cidadãs que tenham tido prestações relevantes que prestigiem o concelho de Palmela.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

PROPOSTA N.º SMPC 01_11-19:

«O atual Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PIDFCI) dos concelhos de Palmela, Setúbal e Sesimbra foi aprovado em 29/08/2016, nos termos e ao abrigo do

Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de junho, e do Regulamento aprovado pelo Despacho nº 4345/2012, de 27 de março.

Verificou-se, contudo, a necessidade, por parte de todos os municípios envolvidos, de proceder a uma revisão do referido PIDFCI com o objetivo de atualizar os seus Cadernos I e II, bem como a Carta de Declives, Carta de Ocupação do Solo, Carta de Risco, Perigosidade, Prioridades de Defesa e CAD, em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O projeto de revisão do PIDFCI está concluído e em conformidade com a última alteração legislativa, que ocorreu em 21 de janeiro deste ano, e é indispensável dar cumprimento aos restantes trâmites do procedimento, que são os mesmos da aprovação, como dispõe o nº 2 do artigo 5º do anexo ao Despacho nº 443-A/2018, de 9 de janeiro, na redação dada pelo Despacho nº 1222-B/2018, de 2 de fevereiro.

Em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, que se realizou no passado dia 8 de abril, a proposta de revisão foi aprovada por maioria.

A fase que se segue, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 4º do anexo ao Despacho nº 443-A/2018, de 9 de janeiro, e após parecer da respetiva CMDF é a submissão do projeto de revisão do PIDFCI a parecer vinculativo do ICNF.

Em face do exposto, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar o projeto de revisão do PIDFCI e submetê-lo ao citado parecer do ICNF, no âmbito e para os efeitos da legislação aplicada.»

Sobre a proposta de Revisão do Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, numerada SMPC 01_11-19 intervém:

O **Sr. Presidente** dá nota das principais alterações que se fizeram no plano e compreende que os/as Srs. /as vereadores/as tenham solicitado para poderem ter tido a oportunidade de avaliar do ponto de vista técnico, o que é que estava em causa. Portanto, tratou-se de adequar o plano às diversas alterações legais que ocorreram desde 2015. O plano foi aprovado em 2016 e desde então, já criaram a Lei 76/2017, a Lei 10/2018 e o Decreto-Lei 14/2019, pelo que foi necessário atualizar. Na atualização da cartografia de base, que era feita com base nos antigos PDM, atualmente é feita com recurso a tecnologia, pelo que teve de se integrar nestes planos, os Planos Municipais de Ordenamento do Território que têm revisão em curso, nomeadamente Setúbal, Palmela e Sesimbra, portanto, é necessário transpor já para este plano, algumas das principais opções estratégicas, nomeadamente, em matéria de Lei de Solos que estão nos vários planos. Por outro lado, aproveitou-se para clarificar e centralizar a informação para consulta do cidadão ao nível do ordenamento de território, ou seja, na forma como estava antes, ninguém entendia, pelo que, com esta cartografia, com estes elementos é tudo muito mais acessível.

Nas principais alterações, está a ocupação do solo, ou seja, é a atualização da ocupação do solo que traduz as alterações ocorridas face às dinâmicas de ordenamento do território nos 3 municípios. Procura-se, neste domínio, um maior rigor na identificação das várias classes de ocupação do solo face à cartografia digital disponível desde 2017, carta de ocupação do solo ortofotomapas de 2017. Da atualização da distribuição do solo, resultaram os seguintes valores dos 3 municípios: na floresta, em 2015 havia uma área de 15.770,06 hectares, no plano de 2018, 14.132,34 hectares, portanto, há aqui uma variação de quase menos 10%. Nas águas interiores, de 894,53 hectares, passou para 938,71 hectares, mais 5%, não que tenha havido um verdadeiramente aumento, mas pelo facto de não estarem devidamente representadas nas antigas cartografias; nos terrenos improdutivos, 1.387 hectares, passou para 279, menos 79%; na agricultura, uma grande reserva do município de Palmela, dos 19.518,76 hectares, aumentou para 19.972,46 que terá sido alguns terrenos improdutivos que passaram a ser produtivos e se calhar também houve alguma mudança de floresta para a agricultura, portanto, houve um aumento de 2%; nos matos e pastagens, de 3.071 hectares, passou para 2.764 hectares, menos 10%; no espaço urbano, de 5.865,42 hectares, passou para 8.424,13 hectares, mais 43%, portanto, estes números não permitem inferências grosseiras, não aumentaram os perímetros urbanos, pelo contrário, reduziram-se os perímetros urbanos, mas na altura em que se atualizaram os prints, verificou-se o que estava ocupado, o que estava para ocupar e o que não foi ocupado, aliás, a nova Lei dos Solos obriga a que aquilo que não foi ocupado, deve ser retirado de urbano e passar a rústico, que é a uma orientação com a qual, genericamente toda a gente percebe e está de acordo; nos povoamentos florestais e no que está mais centrado no concelho de Palmela, uma vez que é constituído por uma área florestal que abrange 30,92% do território, é composto maioritariamente por sobreiro 106,53% e pinheiro manso 16,45%, a área referente ao sobreiro aumentou de 2015 para 2018 e está hoje identificada uma mancha a preservar, que passou 60% para 66%, mas em relação ao pinheiro manso, registou-se uma diminuição, de 23,46%, para 16,45%. Portanto, tudo isto tem em vista a elaboração de cartografia de risco de incêndio que tem de estar de acordo com a Carta de Ordenamento e Ocupação do Solo, para se fazer os mapas de perigosidade e risco de incêndio, porque a legislação define quais são as áreas e tem de ter em consideração esta classificação, porque são situações e legislações distintas, uma é para os espaços agroflorestais e outra, são para as ervas nos perímetros urbanos.

Refere ainda, que o Plano será enviado ao ICNF, cujo Parecer é vinculativo e depois desse Parecer, irá ser apresentado em reunião de Câmara, para abertura da consulta pública, porque ainda vai ter de haver uma consulta pública às pessoas e depois deste período, 15 dias após a publicação, será enviado com ou sem, comentários e alterações, para a Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo a quem compete aprovar os Planos. Posteriormente, depois de estar aprovado pela Assembleia Municipal é que se promove a publicação em Diário da República.

Portanto, seria extremamente difícil estar à espera destes Planos para terem um plano de combate a incêndios, mas, felizmente nessa matéria, o Serviço Municipal de Proteção Civil, as 3 Corporações de Bombeiros, têm os planos já devidamente articulados no terreno.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e refere que o PS irá votar a favor, apesar de se tratar de uma fase ainda inicial, porque ainda vai ser necessário o Parecer vinculativo do ICNF, pelo que ainda vai demorar algum tempo. Contudo, realça o trabalho que foi feito, a importância da cartografia digital e todos os processos digitais que permitem fazer um trabalho mais sério e mais coerente. Realça este trabalho, não só pela importância que tem, mas para os trabalhos futuros, porque quando falam de planeamento estratégico, a atualização de toda esta cartografia, nomeadamente neste caso da carta de ocupação dos solos e também de outra cartografia, que estando atualizada e correta, permite que se tomem boas decisões, com base num trabalho mais concreto. Realça, igualmente, a ocupação florestal do concelho de Palmela, que é importante o aumento de 30% da área, sobretudo, o sobreiro que é uma riqueza e, portanto, para além dos fogos, também a preservação que fazem e a forma como tratam, é importante e deve ser essencialmente um problema de cidadania, porque todos os cidadãos, sejam ou não proprietários florestais, devem olhar pela floresta e respeitar esta riqueza. Até porque os sobreiros e todas as árvores têm hoje, uma riqueza extraordinária.

Da mesma forma, agradece ao Sr. Presidente o facto de ter proporcionado o documento para uma melhor análise, mas questiona sobre dois aspetos, nomeadamente duas queixas do CODIS que refere não ter recebido o Plano para análise e o facto das E.P. Infraestruturas de Portugal não ter tido tempo para analisar o Plano, pelo que considera que quando estão nestas comissões, deveriam aferir melhor aquilo que transmitem para as atas, porque estranha como foi possível uma Entidade como a E.P. Infraestruturas de Portugal, não ter tido tempo para analisar o documento e porque é que o CODIS disse não ter recebido o referido documento para poder dar uma opinião. A posição do ICNF entende-se porque é vinculativa, mas surpreende-se com o facto destas duas Entidades que referiu terem ficado fora desta discussão.

O **Sr. Presidente** esclarece que o CODIS não recebeu, porque não tem direito a voto, fazem parte da comissão, mas não é uma Entidade que possa votar. Em relação à E.P. Infraestruturas de Portugal, tal como em outras matérias, referiu que não tem técnicos suficientes para tanto trabalho, portanto, é normal que não seja possível dar resposta em tempo útil a todas as situações, infelizmente, e ficou registada essa situação em Ata.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 5 – Participação financeira na requalificação do Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela – Trabalhos a mais.

PROPOSTA N.º SMPC 02_11-19:

«A Câmara Municipal de Palmela, no âmbito da requalificação dos quartéis das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Palmela e Pinhal Novo, aprovou na reunião de câmara de 6 de abril de 2016, a minuta do Protocolo de Cooperação Financeira entre este órgão autárquico e cada uma das associações em apreço, onde ficaram definidos os princípios gerais do apoio municipal às obras de requalificação.

Em reunião de câmara de 8 de fevereiro de 2017, foi aprovado o contrato Programa de Cooperação Técnica e Financeira para a requalificação do quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Palmela, na sequência da aprovação formal da candidatura apresentada ao POSEUR, datada de 28 de dezembro de 2016.

Entretanto e porque durante as obras de requalificação do quartel dos bombeiros de Palmela, verificou-se que grande parte dos pilares de sustentação do edifício apresentava fissuras que não garantiam a adequada função estrutural ao edifício, foi necessário proceder à instalação de um pórtico composto por vigas de aço, constituindo um reforço da laje que apresentou fissuras durante a demolição.

A realização destes trabalhos a mais foi devidamente fundamentada e aprovada pela divisão de obras da ANPC, e também por deliberação da Comissão Diretiva do POSEUR em 14/04/2019, que se anexa, existindo o compromisso da autarquia em participar 15% do montante das despesas elegíveis, nos termos do Protocolo de Cooperação Financeira e Contrato Programa acima citados.

Em face do exposto **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Contrato Programa e Protocolo de Cooperação Financeira, outorgado pelas partes, a aprovação da atribuição da comparticipação financeira dos trabalhos a mais realizados no âmbito da requalificação do Quartel dos Bombeiros de Palmela, no valor global de 8.272,00 € (oito mil, duzentos e setenta e dois euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – 1.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.

PROPOSTA N.º DADO 01_11-19:

«A 1ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022 tem por objetivo a inscrição no Orçamento do saldo da gerência de 2018 e efetuar diversos ajustamentos nos

documentos em vigor, por opção programática ou decorrentes da avaliação da execução orçamental do primeiro quadrimestre.

Receita:

No capítulo da receita procedeu-se à inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2018, no valor de 9.629.910,25€ (nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e dez euros e vinte e cinco cêntimos).

Efetuaram-se reforços no valor global de 31.445€ (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco euros) e anulações no valor global de 1.565.609€ (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e nove euros) nas rubricas de transferências correntes e de capital provenientes de financiamentos externos, ajustando o valor da comparticipação de diversas ações a receber em 2019 à sua reprogramação física e financeira.

Despesa:

No capítulo da despesa os principais movimentos resultam, no essencial, de:

- Dotação de rubricas que se encontravam “a definir” no documento inicial;
- Reforço de diversas rubricas cuja dotação foi parcialmente consumida com encargos transitados do ano anterior;
- Reposição de verbas utilizadas nas 1ª, 2ª e 3ª Alterações ao Orçamento;
- Alterações às Grandes Opções do Plano.

As Grandes Opções do Plano, com uma dotação inicial definida de 30,9 milhões de euros passam, após esta Revisão, a dispor de uma dotação no valor de 38,4 milhões de euros. As principais modificações introduzidas nas GOP são as seguintes:

Funções Gerais

- Reforço da dotação da ação «Edifícios Municipais – Remodelação e Beneficiação»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Aquisição e Reparação de Máquinas e Viaturas»;
- Reforço da dotação da ação «Sistemas de vigilância contra incêndios no Parque Natural da Arrábida»;

Funções Sociais:

- Reforço da dotação da ação «Beneficiações Diversas» do projeto «Beneficiação, Conservação, Funcionamento e Apetrechamento das EB/JI»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Ação Social Escolar e Transporte»;
- Inclusão de nova ação «Estudos de contributos práticos e conceptuais para uma evolução da Administração Urbanística Municipal»;
- Reforço da dotação da ação «Execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento»;

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Rede de Esgotos», com inclusão de nova ação «Beneficiação de Estações Elevatórias»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Rede de Distribuição (Água)», com inclusão de nova ação «Sinalização de obras»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Furos de Captação e Estações de Tratamento»;
- Inclusão de nova ação «Lavagem e lubrificação de viaturas de compactação de resíduos»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços Verdes/Paisagismo» com inclusão de nova ação «Transferências para Juntas de Freguesia – Intervenções no domínio público municipal – Contrato Interadministrativo»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Outros Serviços Coletivos»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Museologia» com inclusão de nova ação «Aquisição de Obra de Arte»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Arqueologia»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Espaços de Jogo e Recreio e Polidesportivos»;
- Reforço da dotação da ação «Apoio ao Associativismo – Investimentos» do projeto «Associativismo Desportivo»;

Funções Económicas:

- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Promoção da Eficiência Energética»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Melhorar a Rede Viária Municipal», com inclusão de nova ação «Pavimentação da Rua de Brejos Carreiros – Olhos de Água»;
- Reforço das dotações de diversas ações do projeto «Melhorar a Rede Viária Rural», com inclusão de novas ações «Pavimentação e drenagem pluvial da Rua dos Ferroviários», «Pavimentação da Rua do Henrique "Rico Ideia"» e «Pavimentação da Rua dos Alegrias»;

O total do Orçamento após a 1ª Revisão é de 60.970.650,25 € (sessenta milhões, novecentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta euros e vinte e cinco cêntimos) que representa um acréscimo de 15,31% relativamente ao Orçamento atual.

Nos termos do nº 5, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto (Lei das Finanças Locais), o saldo gerência de 2018 financia 6.489.427,25€ do reforço em despesas correntes agora proposto.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-

Lei n.º 54–A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se**, para posterior submissão a deliberação da Assembleia Municipal, a aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento de 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.»

Sobre a proposta 1.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022, numerada DADO 01_11-19 intervêm:

O **Sr. Presidente** pede desculpa pelo atraso no envio de alguma informação e de alguns documentos desta proposta, que recebeu pequenas correções de última hora, que muitas vezes está relacionado com aspetos que por vezes não é possível controlar. Começa, precisamente, pelas correções à proposta que foram enviadas em cima da hora, nomeadamente referente ao Serviço Municipal de Proteção Civil, no Orçamento do Conselho de Metropolitano de Lisboa, na proposta inicialmente distribuída, era efetuado um reforço no valor de 25.000€, acabou por ficar em 14.000€; no Gabinete de Participação e Cidadania, nas freguesias, a proposta distribuída era efetuado um reforço no valor de 6.415€ para pagamento de accertos de calçada numa das Juntas de Freguesia, passou para 17.415€, por causa de um novo contrato interadministrativo. Nas horas extraordinárias, a verba que repunha verba já retirada nas alterações, era de 257.000€, foi reduzida para 200.000€; nos encargos com saúde, reduziu na rubrica 01.03.01, reduziu na rubrica 02 outros, encargos com saúde, ou seja, na proposta distribuída, era um reforço de 78.000€, acabou por ser necessário apenas 58.000€ e na outra parte da proposta, era efetuado um reforço de 290.000€ e os encargos com saúde, nas comparticipações que têm de pagar, aumentou para 367.000€, fruto desta alteração da fatura que chegou à última hora. Nas Grandes Opções do Plano a alteração está relacionada com o sistema de vigilância de incêndios no Parque Natural da Arrábida, com um reforço para 2020 da Rua Constantino Loureiro, 2ª fase, que tem de ter uma verba em 2020 por causa da complexidade do atravessamento hidráulico e do licenciamento deste troço na Agência Portuguesa do Ambiente.

Esta 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano tem como principal objetivo a inclusão da totalidade do saldo de gerência de 2018, no valor de 9.629.910,25€. Para além de colocarem o saldo de gerência no Orçamento atual, efetuaram ainda, reforços no valor de 31.445€ e anulações no valor de 1.565.609€, relacionadas com transferências correntes e transferências de capital de financiamento externo, ou seja referente às candidaturas. Na despesa, a dotação de rubricas que se encontrava a definir quando aprovaram o Orçamento para 2019, foram identificadas um conjunto de ações e de obras que têm estado à espera de saldo, para poderem passar a estar definidas e só depois de estarem definidas é que pode ser lançado o respetivo procedimento concursal, para o lançamento das obras, portanto, tinham a definir 6,9 milhões e, neste momento, já estão todos definidos. Depois fizeram o reforço de diversas rubricas, cuja dotação foi parcialmente consumida com os encargos transitados do ano anterior, trata-se de pequenos accertos que, aliás, nas alterações têm dado conta. Das 3 alterações ao Orçamento e aquando da revisão ao orçamento, voltam a colocar a verba nas

rubricas que existiam e resulta num reforço de 1,7 milhões de euros, para chegar ao final do ano com verba para pagar os encargos que tiveram de fazer nestas rubricas. Disso é exemplo mais 29.600€ para edifícios municipais, manutenção e conservação; mais 26.300€ para combustíveis e lubrificantes; mais 50.000€ para conservação e funcionamento das escolas básicas e jardins-de-infância; mais 78.700€ para transportes escolares; repuseram 5.000€ para apoio a instituições que tinham sido retirados para o apoio a Moçambique e vão, agora, pôr na mesma rubrica para poder atribuir a outras instituições; mais 15.000€ para a requalificação da Capela de São João; mais 195.000€ para a Simarsul; mais 5.000€ para remodelação do troço da conduta da Autoeuropa, mas para lançarmos o procedimento é necessário colocar esta verba; mais 240.000€ para captação e estações de tratamento de reservatórios; mais 20.000€ para remoção integrada de resíduos sólidos; mais 100.000€ para deposição de resíduos sólidos nas estações de tratamento de resíduos sólidos da Amarsul; mais 20.400€ euros para conservação e manutenção de espaços verdes e zonas verdes; mais 30.000€ para o projeto de ligação do largo adjacente à Rua Infante Dom Henrique e antigo largo da Mitra à zona central de Pinhal Novo; mais 3.500€ para o projeto de Fernando Pó que vai para adjudicação e precisa deste reforço; mais 10.000€ para a requalificação de espaços públicos da Quinta do Outeiro; mais 5.000€ para apoio ao associativismo - programa da música, verba que tinham retirado e que agora estão a repor; mais 57.000€ para a EM Palmela Desporto; mais 108.000€ para a iluminação pública e, portanto, com esta reposição de verbas nestas rúbricas, o Orçamento fica como estava no início do ano.

Nas Grandes Opções do Plano destaca o reforço na dotação de ação edifícios municipais, para além da reposição da verba a definir, foi efetuado ainda um reforço de mais 51.500€ para intervenções em diversas instalações municipais, nomeadamente as obras que estão a decorrer na Divisão de Administração Urbanística, vão decorrer obras na instalação da Divisão de Espaço Público, na casa dos jardineiros, pinturas de vários edifícios para efetuar, portanto, só para conservação e manutenção houve ainda estes reforços; aquisição e reparação de máquinas e viaturas, para além da reposição da verba, efetuaram um reforço de 50.000€ para reparações e aquisição de peças, pois têm uma frota muito grande e muito envelhecida, sujeita a uma grande taxa de esforço, considerando a dimensão do município; 25.000€ para possibilitar a aquisição de viaturas ligeiras de caixa aberta, aquisição de serviço de gestão de frota serviços, serviços de lavagem e limpeza de viaturas e aluguer de viaturas de substituição; 39.000€ para aquisição de um braço corta-mato, para um sistema de extração de fumos na oficina auto e uma grade de discos para o trator de limpeza de terrenos.

Depois a dotação que estava prevista para os anos seguintes referentes ao sistema de vigilância contra incêndios no Parque Natural da Arrábida, a Área Metropolitana de Lisboa tem prevista uma candidatura para este sistema, preparada com as forças de segurança, GNR, ICNF e outras Entidades e, se inicialmente, o dinheiro da candidatura da Área Metropolitana de Lisboa para investimento, era todo suportado PO-SEUR e pela AML, ficando para os municípios

durante 4 anos, uma verba para a manutenção do equipamento, entretanto, a tecnologia escolhida encontra-se atualmente obsoleta e uma vez que a nova tecnologia implica custos acrescidos, em média significa uma verba de 50.000€ para cada autarquia e apesar de se estar a intervir numa área que não era da competência das autarquias, ainda assim, este sistema de videovigilância vai custar milhões, se não forem estes 3 municípios da Arrábida a ajudar a AML a fazer esta candidatura, nunca mais teriam um sistema de videovigilância eficiente e eficaz no território que ajude em tempo real a acionar mecanismos e, portanto, acha que vale a pena este esforço para a preservação do parque da Arrábida. Depois têm reforços significativos em beneficiações diversas, conservação, funcionamento e apetrechamento das escolas básicas e jardins-de-infância onde são repostos 70.000€. Fizeram vários reforços, para várias escolas, 81.000€ para espaços de jogo e recreio no interior das escolas, que também vão ser remodelados; na ação social escolar e transportes, uma reposição de 20.000€ e mais um reforço, por causa da vigilância dos percursos do pré-escolar; mais 35.000€ para a abertura de procedimento de vigilância dos circuitos transportes para o 1º período do ano letivo 2019-2020. Também uma nova ação, estudos de contributos, práticas e conceptuais para uma evolução da administração urbanística municipal que, na prática, significa elaborar um conjunto de regulamentos para as unidades de execução. O novo PDM constitui uma mudança de paradigma muito significativo, a forma de analisar os projetos com base naquelas regras, implica uma reaprendizagem de tudo aquilo que é feito na administração urbanística, na gestão e também no planeamento e, portanto, é um esforço que têm de fazer, num valor de 18.000€ para elaboração de documentação que permita, depois, uma maior facilidade de interpretação e resposta na apreciação das pretensões urbanísticas. Relativamente à execução de obras de infraestruturas em substituição dos titulares de alvarás de loteamento, e o concelho de Palmela tem vários loteamentos abandonados desde 2010/2011 que, apesar de alguns terem garantias bancárias, noutros, infelizmente a autarquia não tem. Contudo, também significa alguma dinâmica urbanística e o município tem estado a utilizar essas garantias para por em funcionamento infraestruturas de vários loteamentos, tal já aconteceu no loteamento de Val'Flores, no loteamento dos Farias e estão também a fazer no loteamento da Quinta do Outeiro e isso implica 68.000€, mais 200.000€ em 2019 e mais 300.000€ em 2020, portanto, é um processo que vai continuar a ter de ser desenvolvido e há obras mais dispendiosas, particularmente a reposição de infraestruturas elétricas, postos de transformação que foram completamente destruídos e roubados, no tempo em que estiveram parados.

Depois existem muitas verbas nas ações de rede de esgotos, com inclusão de beneficiação das estações elevatórias, em que têm aqui um conjunto de compromissos de mandato e de obras infraestruturantes importantes, que são projetos que até custam muito mais do que aqui está, mas que vão ter de começar este ano e para esse efeito têm dotações de 119.000 e 200.000€. Estão englobadas neste caso, por exemplo, a Rua de Moçambique em Padre Nabeto, Rua Ary dos Santos na Lagoa da Palha, Rua da Palmeira em Vale da Vila, a 1ª fase das intervenções em

Miraventos, Lagoa da Palha e Cajados e, depois, reforçaram mais 25.000€ para procedimento da empreitada de execução de ramais de águas residuais domésticas e pluviais, porque se estendem a rede, também têm de fazer mais ramais, o que significa, felizmente, mais utilizadores. Também existem verbas mais pequenas, na ordem dos 10.000€ e 7.000€ para obras de conservação nas estações elevatórias. Refere que ainda na rede de distribuição de água, a sinalização de obras e, dá nota que o município está a preparar uma candidatura que está relacionada, não apenas com a remodelação de condutas, até porque não é financiado, mas sobretudo para a ligação dos sistemas de telegestão, para ser mais centralizada a gestão daquilo que se passa nas várias estações de tratamento de águas no concelho, e depois estão aqui presentes mais reforços muito diversificados para questões de obras de remodelação de projetos de ligações elétricas, postos de transformação, estações elevatórias e depois a ligação ao sistema de telegestão aqui no São João para, através de computador, saberem, ao segundo, o doseamento do hipoclorito, portanto, esta tecnologia tem estes custos e a candidatura vai participar, sobretudo, a telegestão e as perdas de água. Que, aliás, vem a seguir nas ações do projeto furos de captação e estações de tratamento. Refere também uma nova ação, que não estava no Plano, a lavagem e lubrificação de viaturas de compactação de resíduos, que é uma lavagem que não pode ser feita pelos trabalhadores do município porque tem de ser feita em oficinas especializadas para o efeito. É algo que tem de ser feito, porque se os carros não estiverem devidamente lubrificados, sobretudo as caixas de compactação das prensas, as avarias que podem provocar custam mais do que as lavagens durante um ano inteiro.

Nas ações para os espaços verdes e paisagismo, para além da reposição de 227.000€ que tinham sido retirados nas alterações, têm também um reforço de 156.000€ para conservação e manutenção de espaços verdes e zonas públicas, aquisição de material de rega, herbicida, pesticida e fungicida, aquisição de serviços para tratamento das Palmeiras, poda e abate de árvores, remoção de cepos e instalação de rede de rega; 44.000€ para aquisição de árvores de grande porte para repor em algumas urbanizações; 11.000€ para papeleiras e dispensadores; 20.000€ em 2019 e 78.000€ em 2020 para obras de qualificação de vários espaços; 40.000€ para permitir o procedimento para projeto do Jardim Ferreira da Costa em Venda do Alcaide; 143.000€ para aquisição de equipamento elétrico de deservagem térmica, de lavagem de pisos e aquisição de varredora elétrica e outros equipamentos para as Brigadas de Espaços Verdes e Higiene Urbana.

Relativamente a outros serviços coletivos, trata-se dos cemitérios, que têm mais 50.000€ em 2019 e mais 105.000€ em 2020, referente à empreitada da Capela do cemitério, cujo projeto está praticamente pronto; 20.000€ para o procedimento de ampliação das obras do Centro de Recolha Oficial Animal; 10.000€ para a esterilização dos felídeos de rua.

Depois um reforço das ações do projeto de museologia, porque é preciso preservar e para isso é necessário investigação, arqueólogos, reparações constantes em vários edifícios musealizados e também uma verba para aquisição de uma peça escultórica evocativa do arco da ponte; de

uma obra de arte que esteve patente na Festa das Vindimas. Também dá nota que há muito trabalho ao nível das grutas do Casal do Pardo, do projeto povoamento antigo de Palmela. Nas obras de reforço estrutural das encostas do Castelo no valor de 2.900.000€, felizmente, financiados integralmente, descobriram mais silos arqueológicos, com um espólio valiosíssimo e, para tratar desse espólio, catalogar e outras questões inerentes, são necessários novos investimentos nesta área.

Relativamente ao espaço de jogo e recreio, refere que é uma área onde vão investir fortemente, para além de terem reposto 20.000€ que tinham sido retirados numa alteração, têm também 2 rubricas de 70.000€ e mais 70.000€ para novos equipamentos e novas superfícies de impacto em vários locais, nomeadamente no espaço de jogo e recreio Firmino Camolas, no espaço de jogo e recreio na Quinta do Anjo, junto ao Centro Social, no espaço de jogo e recreio Ferreira da Costa em Pinhal Novo, em Padre Nabeto, em Cabanas, portanto, só em novos parques infantis e superfícies de impacto em MPDM, prevê-se um custo superior a 140.000€. Depois, reforços para a reabilitação de instalações desportivas de vários Clubes Desportivos no âmbito das candidaturas e dos contratos-programa, para candidaturas que fizeram e, como habitualmente, a autarquia acompanha as candidaturas e participa.

Na promoção da eficiência energética, dá nota da reposição de 400.000€ que haviam sido tirados na alteração, e depois mais 45.000 para a instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo nos serviços operacionais e a dotação de 470.000€ para lançar importantes projetos que foram objeto de candidaturas ao PO-SEUR no âmbito da eficiência energética, nomeadamente nas piscinas de Palmela e Pinhal Novo e também no edifício do Cineteatro São João.

Para a rede viária, são umas centenas de milhares de euros, uma vez que são muitas as obras, mas as obras que estão no plano de mandato estão todas nas Grandes Opções do Plano e, entretanto, foram ampliadas com as obras que têm sido votadas no "Eu participo". Para além de investimentos na segurança rodoviária, nos sinalizadores Led, na sinalética, têm também a revisão de preços e obras concluídas em anos anteriores, porque é de lei e tem vindo a aumentar. Depois, o Hub10 com a nova fase, a rotunda já começou; a repavimentação da estrada municipal, mais um troço de 533-1 e só irão poder ir para outros valores quando contraírem empréstimos para outras obras. Refere que vão ter de intervir urgentemente no troço da circular Sul da Autoeuropa, com mais 100.000€. E depois têm vários projetos que estavam com verba a definir, nomeadamente a Rua Florbela Espanca, a Rua do Lagar na Volta da Pedra, Rua Helena Cardoso, as obras no Bairro do Pinheiro Grande, a Rua 25 de Abril e a Rua 1º de Maio que depois do projeto ficaram um pouco mais caras. Mais um reforço de 45.000€ para a Rua de Brejos dos Carreiros em direção ao caminho 1029 da Quinta do Anjo. A pavimentação e drenagem da Rua dos Ferroviários, a estrada da Várzea na Quinta do Anjo a Rua 1º Maio em Cajados que é um compromisso para este ano; a Rua Manuel Martins Pitorra, a travessa 9 de Março que foi a mais votada no "Eu Participo" na Marateca; o Aceiro Fonte da

Prata em Pinhal Novo na Fonte da Vaca, enfim, trata-se de dotar financeiramente, as obras que foram priorizadas, também, no âmbito do “Eu Participo”.

Depois desta Revisão, com a inclusão deste saldo, o Orçamento do município atinge os 60.000.000€. Isto não costuma ser assim, mas estão numa fase com candidaturas a fundos comunitários e com estas obras como a da Ribeira da Salgueirinha, são obras de milhões que, naturalmente fazem com que o município apresente estes valores.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que, apesar de entenderem a explicação que o Sr. Presidente deu relativamente ao atraso no envio do documento, o facto, é que este atraso inviabilizou uma análise devida ao documento, que é um documento estruturante para todo o concelho de Palmela. O envio do documento no dia de ontem, não permitiu fazer esta análise e por isso, continua a agradecer a explicação que deu, até porque retirou quaisquer dúvidas que pudessem ter em relação ao documento. Também se congratulam com o facto de existirem estes investimentos nesta 1ª revisão. Contudo, existem valores cuja inscrição colocam algumas dúvidas e reservas, que também já são sobejamente conhecidas por parte de todos, razão pela qual o PS irá manter a posição de voto que têm tomado, ou seja o PS vai abster-se nesta 1ª revisão.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que relativamente ao atraso da proposta, curiosamente aconteceu a mesma situação no ano passado, tiveram o mesmo problema e a desculpa usada pelos vários intervenientes foi a de coincidir com o feriado 1.º de Maio, mas considera que não deve ser essa a razão. Contudo, esta é a 1.ª Revisão e já vão na 3.ª alteração ao Orçamento e, seguramente, ainda faltarão mais 9 alterações, pelo menos, até ao fim do ano, até porque é habitual nesta autarquia haver uma alteração ao orçamento todos os meses. Portanto, não vai repetir alguns dos argumentos que utilizou quando em sede de votação do orçamento, votou contra, explicando o porquê. Refere que a Revisão ao Orçamento, sendo uma intervenção mais estruturante naquilo que foi o orçamento aprovado em 2018 para 2019, não quer deixar de dizer que merece a reprovação, tal como já aconteceu no orçamento e por isso, não vê razão para alterar essa posição, porque o essencial do orçamento está aqui, foram definidas algumas verbas que não estavam definidas e pouco mais existe, e antes desta 1.ª Revisão, já tinham feito 3 alterações, pelo que trata-se apenas de repor verbas. Refere que esta situação permite ao Sr. Presidente repetir tudo o que já disse aquando da apresentação do orçamento para 2018 e em bom rigor, é para isto que se destina este documento, ou seja, para que o Sr. Presidente possa fazer 2 vezes propaganda, porque depois, quando estiverem no final, na reunião de avaliação do trabalho, a votar as contas de gerência, é que vão poder verificar se grande parte deste dinheiro foi ou não gasto. Portanto, de ano para ano o orçamento vai-se avolumando, o dinheiro é sempre o mesmo, as obras não aparecem, vão passando de ano para ano, o bolo vai aumentando e mais uma vez estão aqui a aprovar, não contando com o seu voto, uma revisão que inclui o saldo de gerência de 2018 de 9.620.910€ e o saldo de gerência que fizeram no ano passado, em 2018, foi aprovado com a inclusão de um saldo de gerência de 6.148.000€,

portanto, vai-se avolumando, de 6 milhões em 2018 face ao que não foi gasto em 2017 e 9 milhões em 2019, face ao que não foi gasto em 2018. O Sr. Presidente referiu, hoje, 2 vezes uma situação em que considera que o próprio já começa a acreditar menos, ou seja, se tiverem capacidade para gastar, se conseguirem gastar e, isso demonstra que cada vez têm menos, porque houve um ano que deixaram 6 milhões e agora deixaram 9 milhões, pelo que espera que estes 9 milhões que agora se acrescenta o orçamento e que transforma num orçamento para 60 milhões, sejam efetivamente gastos. Enfim, é nesta situação que têm estado todos os anos, vão aforrando mais verba, mas as obras não se vêm e isso é, de facto uma novidade nesta gestão da CDU.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o Sr. Presidente justificou o atraso desta proposta, mas também tem de entender que, como Vereadora do MIM, não está a votar de acordo com a opinião pessoal, mas sim em representação de um grupo de pessoas, pelo que não conseguir reunir com essas pessoas e levar o documento à aprovação, portanto a indicação que tem do MIM é votar pela abstenção, porque esta situação começa a ser recorrente.

O **Sr. Presidente** refere que a elaboração destes documentos é complexa e não é só uma questão política, é também uma questão técnica e poderiam ter adiado esta votação e fazer uma outra reunião extraordinária, mas isso iria custar mais ao erário público e iria atrasar a aprovação da revisão em sede de Assembleia Municipal bem como o lançamento dos concursos que estão à espera do dia 17 para poderem ser colocados na plataforma dos concursos públicos. Procuram fazer o melhor e o esforço dos trabalhadores do município, às vezes, não é possível pedir que trabalhem em sábados e domingos para ter esta documentação pronta. Portanto, já explicou que um dos principais constrangimentos foi aquela alteração das despesas com a saúde, porque foi completamente imprevista, por outro lado, se estas questões não são bem preparadas, irão ter muitas mais alterações, porque algumas alterações visam corrigir situações que tecnicamente não foram bem colocadas ou trata-se de alterações de rubricas. Por vezes, este atraso pode produzir melhores resultados, mas não deixam de ter toda a razão e vão procurar fazer chegar a documentação em tempo adequado.

Refere que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, naturalmente, faz aqui o seu papel e esclarece que alterações orçamentais, pode haver tantas quantas as necessárias em todas as reuniões de câmara e em qualquer câmara e, as alterações orçamentais que têm sido feitas visam, precisamente, não parar procedimentos, porque isto dá muito trabalho aos técnicos municipais dos diversos setores e, em particular da Administração e Finanças, fazer propostas de alteração. Contudo, muitas vezes, vale a pena esse esforço, para não deixar de lançar um concurso, para não deixar de garantir o êxito de uma candidatura e, como tal, irão continuar a fazer as alterações orçamentais que forem necessárias para melhor conseguir lançar os procedimentos e a obra que querem ver feita no concelho. Depois, relativamente aos atrasos na execução, refere que já teve oportunidade de explicar ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro e também estendeu o convite para que consultasse os graus de execução dos outros municípios

da Área Metropolitana de Lisboa, porque quando apresentaram a prestação de contas, o Sr. Vereador Paulo Ribeiro até referiu que a autarquia havia baixado na execução da despesa, mas ainda assim poderá comparar se executaram ou não, mais do que as outras autarquias da Área Metropolitana de Lisboa. Aproveita e dá como exemplo a questão da obra da Ribeira da Salgueirinha, que já teve 2 concursos, já toda a gente, desde o Sr. Ministro, os homens das Obras Públicas, as associações empresariais, referem que não há empresas e que os preços aumentaram exponencialmente e, todos os municípios, todos os organismos públicos se queixam de concursos desertos. Esta obra já teve 2 concursos desertos e está adjudicada desde novembro do ano passado, contudo, já voltou ao Tribunal de Contas 4 vezes por causa da publicação de uma portaria de extensão de encargos que compete, não ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente que foi excecional, mas ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento e, por especial favor, depois de tentativas para falar pessoalmente com ele, lá assinou a portaria de extensão de encargos para publicação em Diário da República na sexta-feira passada. Portanto, se não tivessem sido estes constrangimentos legais, já tinham mais de 2 milhões executados, já podiam estar em obra há meses e, isto é válido para mais 2 ou 3 empreitadas de grande volume financeiro. Esclarece que, para quem não conhece estes procedimentos e não ficar com uma ideia errada, só é possível lançar os concursos, se tiverem a verba definida, seja para gastar ou não, tem de estar definida e havendo verba definida é sinal que têm capacidade financeira para o fazer. Depois, no andamento das empreitadas, daquilo que depende do esforço dos trabalhadores do município e daquilo que depende dos políticos que arranjam o financiamento para isso, está também dependente de outras conjunturas, nomeadamente do mercado, dos constrangimentos dos concursos públicos. De facto, não tem havido capacidade de resposta do mercado para responder a tempo e horas a um conjunto de grandes empreitadas. Considera que este é um ano decisivo nestas matérias e no Verão irão estar em curso obras que irão ultrapassar 1 milhão de euros e essas não têm constrangimentos, até porque sabe que estão a decorrer bem. Refere que essa ideia de que estão aqui a amealhar dinheiro, é uma ideia muito errada, até porque muito deste financiamento decorre de candidaturas e se tinham a verba para o Centro Comunitário da Águas de Moura que está no plano com uma parte significativa a definir, refere que acabou de receber ainda hoje a notícia que foi aprovada a candidatura. Portanto, tanto nesta obra, como em outras, estão a trabalhar nisto há 3 anos e em bom rigor, só deveriam definir a verba depois de a candidatura estar aprovada, mas tinham de ter verba para os projetos. É tudo uma questão de técnica orçamental, que é mesmo assim, porque as regras são estas e os constrangimentos existem em todos os organismos. Refere ainda que esta Revisão ao Orçamento era indispensável e serve para dotar o conjunto de rúbricas e, até entende as reservas e a posição normal de abstenção de algumas forças políticas, contudo, continua a não entender o voto contra de outras, porque o Sr. Vereador Paulo Ribeiro votou contra todas as obras que têm estado a realizar-se no concelho de Palmela e nem sequer deu o benefício da dúvida na abstenção.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que deu o benefício da dúvida em 2013 e depois disso, não voltou a dar.

O **Sr. Presidente** refere que é necessário votar esta 1.ª Revisão para ser apresentada na Assembleia Municipal, porque o tempo urge para poderem lançar um conjunto de concursos que ficaram à espera destas verbas.

Submetida a votação a proposta 1.ª Revisão ao Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Paulo Ribeiro, e a abstenção dos/as Srs./as Vereadores/as Raul Cristovão, Pedro Taleço, Mara Rebelo e Palmira Hortense. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 7 – Autorização para abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

PROPOSTA N.º DADO_DRH 01_11-19:

«Considerando que:

1. Por deliberação camarária, tomada em 9 de janeiro de 2019 foi aprovado o montante máximo a título de encargos com recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2019, no valor de € 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos euros), em consonância com a dotação global constante no orçamento municipal a vigorar em 2019, conforme preceituado nas disposições conjugadas na al. a) do n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e no n.º 3 do art.º 31.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Prescreve, por seu turno, o n.º 7 do art.º 31.º da LTFP que "*Em caso de desocupação permanente de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e anteriormente ocupados, podem as correspondentes verbas orçamentais acrescer ao montante previsto para encargos com o recrutamento de trabalhadores*".

2. Desde o início do ano passaram ao regime de aposentação quatro trabalhadoras/es.
3. No mapa de pessoal de 2019, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de novembro de 2018, encontram-se atualmente inscrito, designadamente, 1 (um) posto de trabalho vago, na carreira Técnica Superior na área curricular de Educação (afeto à DCDJ) que poderá ser provido através da constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para satisfação de necessidades permanentes de serviço

na respetiva unidade orgânica, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.

4. Não existem reservas de recrutamento na Câmara Municipal de Palmela, constituídas no âmbito de procedimentos concursais anteriormente desencadeados, bem como inexistem reservas de candidatas/os com perfil adequado, na Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento – ECCRC – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA -, uma vez que ainda não foi desencadeado qualquer procedimento concursal destinado a constituição de reservas de recrutamento, conforme comunicações dirigidas por aquela entidade a esta autarquia no dia 30 de abril de 2019.
5. Por seu turno foi promovido o procedimento prévio de aferição de (in)existência de pessoal em situação de valorização profissional apto para desempenho das funções subjacentes às contratações em causa, de acordo com o art.º 34.º da Lei n.º 25/2017, cuja consulta foi efetuada junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas – INA -, que respondeu em 29 de abril de 2019, comunicando inexistência de pessoal com perfil adequado.
6. Uma vez que o município de Palmela se encontra numa situação de equilíbrio financeiro não são impostas por via da LOE/2019 (Lei n.º 71 /2018, de 31 de dezembro), quaisquer restrições ao recrutamento de pessoal sem relação jurídica de emprego público constituída, sem prejuízo, contudo, da necessária observância das regras de equilíbrio orçamental, cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, devendo, nesse sentido, ser prestada trimestralmente informação detalhada à Direção-Geral das Autarquias Locais.
7. Tendo presente os princípios de racionalização e de eficiência que devem nortear a gestão de recursos humanos, e a prioridade legal na admissão de trabalhadoras/es detentoras/es de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado estatuída na LTFP, o procedimento concursal a desencadear será circunscrito a candidatas/os detentoras/es de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, vinculadas/os a quaisquer organismos da administração pública, conforme previsto no nº 3 do art.º 30º da LTFP.
8. A admissão a efetivar no âmbito do procedimento concursal, a que se refere a presente proposta, estará condicionada à observância do limite legal de encargos com recrutamento fixados na deliberação camarária referida no ponto 1 da presente proposta.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal, nos termos do art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, delibere autorizar o seguinte:

a) A abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com preenchimento de posto de trabalho na carreira Técnica Superior, na área curricular de Educação, de acordo com o estatuído no nº 3

do art.º 30º da LTFP e com observância das regras referidas nos pontos 7 e 8 da presente proposta.»

Sobre a proposta de Autorização para abertura de procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado numerada, DADO_DRH 01_11-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que em relação à alínea a) do ponto 8, na área curricular de educação é muito vasto e gostaria de perceber melhor que tipo de formação superior, porque a área de Educação pode significar muito, pelo que considera que deveria ser mais específico, até para se perceber melhor o perfil.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que pertence à área da DCDJ (Divisão de Cultura, Desporto e Juventude), mas sobre o perfil da educação, não sabe dizer exatamente como será.

O **Dr. Paulo Pacheco**, Diretor do Departamento de Administração Organizacional, fala, mas não há registo áudio na gravação, pelo que não é possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** acrescenta que enquadra-se nas bibliotecas, património, serviços educativos, nos quais toda a gente trabalha na área da educação.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 8 – Consolidação definitiva de regimes de mobilidade intercarreiras e intercategorias.

PROPOSTA N.º DADO_DRH 02_11-19:

«1. No âmbito da política de otimização e valorização do capital humano, preconizada pelo município de Palmela, o/as trabalhador/as, abaixo indicado/as, encontram-se em regime de mobilidade intercategorias/intercarreiras, exercendo concretamente funções no âmbito da categoria de encarregada/o operacional (carreira de assistente operacional), bem como em carreira, não revista, de especialista de informática, ao abrigo do disposto nos art.ºs 92º e 93º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

| Nome | UO | Categoria de origem | Categoria atual/ mobilidade | Início Mobilidade |
|---|------|------------------------|--|----------------------|
| António Carlos Modesto Henriques Ferreira da Costa | DAG | Assistente operacional | Encarregado operacional | 17.09.2018 |
| Sandra da Conceição Ricardo Batoque | GOSI | Técnica superior | Especialista de informática (Grau1 nível 2) | 01.06.2018 |
| Susana Isabel Horta Martins | DEIS | Assistente técnica | Encarregada Operacional | 01.10.2017 |

2. Tais designações, em regime de mobilidade intercategorias/intercarreiras, tiveram subjacente a conveniência para o interesse público, face às exigências de eficiência e eficácia dos diversos serviços municipais, permitindo a criação de mecanismos de responsabilização funcional, através de afetação de encarregadas/os operacionais, bem como suprir lacunas de capital técnico na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

3. O/as trabalhador/as acima referido/as detêm competências técnicas e comportamentais, bem como experiência profissional, adequadas ao exercício de funções, reunindo os respetivos requisitos habilitacionais legalmente exigidos.

4. Nos termos do artigo 99º-A da LTFP - normativo aditado pela LOE/2017 -, as mobilidades intercategorias/intercarreiras poderão ser consolidadas definitivamente, mediante proposta do dirigente máximo do serviço e decisão do responsável pelo órgão executivo, exigindo-se, para o efeito, a reunião cumulativa das seguintes condições:

- a) Acordo do órgão ou serviço de origem e do/a trabalhador/a;
- b) Existência de posto de trabalho disponível;
- c) Decorrência de período em regime de mobilidade, de duração não inferior ao período experimental estabelecido para a categoria de destino (240 dias para técnicas/os superiores e 90 dias para encarregadas/os operacionais);
- d) Existência da dotação mínima de 10 assistentes operacionais sob o respetivo reporte hierárquico funcional de encarregada/operacional.

5. De acordo com os pareceres prévios solicitados às/aos responsáveis dos serviços municipais, aos quais o/as trabalhador/as, acima referido/as, alcança-se o mérito no desempenho das respetivas funções inerentes aos postos de trabalho no âmbito das mobilidades intercategorias/intercarreiras e a reunião das demais condições legalmente estatuídas, designadamente a concordância expressa do/as trabalhador/as, para se proceder à estabilização nas atuais categorias, ao abrigo do regime da consolidação definitiva da mobilidade.

6. No mapa de pessoal do município existem os postos de trabalho necessários para efetivação da consolidação definitiva nas categorias nas respetivas unidades orgânicas. No que toca ao requisito temporal mínimo exigido pela alínea d) do art.º 99-A da LTFP, constata-se que o mesmo foi cumprido em todas as situações.

Face ao exposto e uma vez que se encontram reunidas cumulativamente todas as condições exigidas legalmente, aferindo-se ainda a conveniência para o serviço público, **propõe-se**, nos termos do art.º 99º-A da LTFP, a consolidação definitiva dos regimes de mobilidade intercategorias/intercarreiras do/as trabalhador/as referido/as no ponto 1 da presente proposta.»

Sobre a proposta de Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação, numerada DADO_DRH 02_11-19 intervêm:

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o MIM nada tem contra estes trabalhadores que estão mencionados na proposta, nem está a colocar em causa as suas competências, contudo, não entende, porque é que não disponibilizaram um dossiê para cada um dos vereadores, uma vez que são tão poucas folhas, aliás, só hoje é que conseguiram ter acesso porque foram buscar essa documentação ao gabinete do PS. Compreenderia se fosse um daqueles dossiers volumosos, justificar-se-ia pela contenção de recursos, mas este tem meia dúzia de páginas, pelo que poderia ter sido distribuído pela restante vereação. Face a esta situação, o MIM vai abster-se.

O **Sr. Presidente** refere que esse é um péssimo argumento, na medida em que, se a Sra. Vereadora Palmira Hortense precisar de outra documentação complementar, deve sempre solicitá-la por correio eletrónico ao Gabinete de Apoio à Presidência e se for preciso tirar mais fotocópias daquele ou de outro processo, não há problema, mas, de facto, é já hábito haver um processo, até para não haver cópias e parecer original e não adulterado, é o processo físico que é real e é disponibilizado a toda a vereação, mas reafirma, se querem uma cópia das documentações, basta solicitar e a autarquia irá procurar responder a essas solicitações. Refere ainda, que não deve ser por isso que deixam de analisar as questões.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** questiona se está a por em causa a seriedade do MIM.

O **Sr. Presidente** refere que assumem os atrasos, quando não têm condições para entregar as documentações a tempo e horas, agora, não aceita que haja questões dessa natureza.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que teve informação que tinha de se dirigir ao gabinete do Partido Socialista, como já tem acontecido com outras situações e solicitar esse mesmo processo.

O **Sr. Presidente** refere que o processo estava no gabinete do PS, porque o PS, certamente, foi o primeiro a solicitar o processo, mas, enfim, pode-se sempre arranjar outro modo de funcionar. Refere ainda que o Chefe de Gabinete está 24 horas à disposição para tratar deste tipo de assuntos para que não falte nada. Acrescenta que podia ter sido o inverso, se tivessem solicitado primeiro, possivelmente, tinham de fazer o mesmo, dizer ao PSD ou à Coligação Mais que o processo estaria no gabinete do MIM. Portanto, quando for assim, solicite o processo ou serão enviadas cópias.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

PONTO 9 – Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do artigo 69.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

PROPOSTA N.º DEIS 01_11-19:

«Com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foi estabelecido o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Deste ordenamento jurídico constam os princípios e as linhas mestras da descentralização de diversas áreas das políticas públicas, nomeadamente a Educação.

A concretização dos termos da transferência, neste domínio, integra o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Assim, e nos termos do n.º 1, do artigo 69.º, deste diploma, a Câmara Municipal foi notificada para, de acordo com o n.º 2, do mesmo artigo, se pronunciar sobre o projeto de mapas que identificam os montantes financeiros associados " (...) *ao exercício anual das competências transferidas, do património a transferir para o município e, no respeitante a esse património, aquele relativamente ao qual, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, a realização de investimento de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenção de requalificação e modernização de grandes dimensões, fica sob responsabilidade da Administração Central.*”

O direito à educação pública de qualidade para todos e a garantia efetiva de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares das crianças e jovens e o apoio às famílias na tarefa de educar, têm sido prioridades do município de Palmela, evidenciadas no planeamento e na gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, na gestão da carta educativa, na dinamização do conselho municipal de educação, na gestão dos transportes e dos refeitórios escolares, nos apoios socioeducativos para as crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino.

No prosseguimento das posições tomadas pela Câmara Municipal, em matéria de transferência de competências para as Autarquias Locais, neste caso no domínio da Educação, e que já mereceu a pronúncia de não-aceitação da transferência de competências nos anos de 2019 e 2020 (em Reunião de Câmara de 20/03/2019 e Assembleia Municipal de 28/03/2019), considera-se que toda e qualquer transferência de competências da Administração Central para os municípios, deve ser encarada como um processo de descentralização que corresponda a uma efetiva capacidade de resposta/satisfação às necessidades dos cidadãos, num quadro de preservação das políticas públicas que ao Estado cabe assegurar.

Este processo deve respeitar integralmente a autonomia das autarquias, devendo ser acompanhado pela inerente transferência dos recursos financeiros indispensáveis ao normal cumprimento das respetivas competências, calculados em função das necessidades existentes e

não em função das dotações que atualmente lhe estão afetas, ou seja subfinanciadas e constituídas por insuficientes meios técnicos e humanos.

Para uma melhor informação e análise dos montantes constantes nos mapas ora remetidos para pronúncia, solicitou-se que os dados apresentados fossem validados pelas Direções dos Agrupamentos e Escolas Secundárias, o que não foi possível de conseguir plenamente por existirem dados que também não são do conhecimento dos mesmos.

Assim, cumpre-nos referir:

– **Mapa I - Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos**

Nesta matéria, mesmo que os números apresentados estejam de acordo com o rácio da Portaria 272-A/2017, a experiência que temos demonstra que o pessoal afeto às escolas não é suficiente para o bom funcionamento das mesmas, o que se deve frequentemente a baixas e/ou ausências prolongadas, dado que é omissa neste mapa. De mencionar que a média de idades destes trabalhadores ronda os 50 anos de idade.

Efetuada uma comparação dos dados enviados pela DGAL e os dados atuais remetidos pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, podemos verificar que alguns funcionários têm o horário de trabalho a tempo parcial (4 horas), assim como se registam algumas diferenças, nomeadamente das Assistentes Operacionais, onde o número indicado é superior ao real, face a aposentações entretanto verificadas.

Numa transferência de competências a supressão desta lacuna será imediatamente cobrada aos municípios, sem que a transferência financeira tenha sido devidamente acautelada.

– **Mapa II - Apoios Alimentares**

As escolas confirmaram os encargos com o leite escolar, assim como o valor das participações das refeições pagas pelas famílias. No entanto, não temos conhecimento do custo real da refeição, pelo que não foi possível confirmar os respetivos encargos. Para a Câmara Municipal este dado é importante para aferir eventual desfasamento com o preço praticado ao nível do procedimento para o pré-escolar e 1º ciclo, no concelho, já da responsabilidade da autarquia.

Relativamente ao Programa de Generalização de Refeições, existe diferença entre o valor transferido pelo Ministério da Educação e o atual custo da refeição, considerando que o Município qualificou este serviço, através da construção de caderno de encargos exigente no âmbito da qualidade da matéria-prima e qualificação dos recursos humanos e logísticos que fez aumentar o custo unitário da refeição (2,68 €/valor médio), no presente ano letivo de 192.216,64 € e não de 82.852,00 €.

– **Mapa III – Circuitos especiais de transportes**

Neste âmbito as escolas confirmaram os valores descritos no mapa, no entanto, falta a indicação referente ao Agrupamento de Escolas José Saramago, que também efetua transporte de alunos com mobilidade condicionada e que reportou um valor de cerca de 5 000,00€.

– **Mapa IV – Escola a tempo inteiro**

Também, nesta matéria, não foi possível qualquer confirmação dos valores descritos. No entanto, e considerando a indicação do número de alunos inscritos nas atividades, dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, e o valor transferido por aluno, há um diferencial negativo de aproximadamente 130.000,00 €.

– **Mapa V – Encargos das instalações**

Constata-se que, de um modo geral, todas as escolas necessitam de intervenções que permitam restabelecer as adequadas condições de salubridade dos edifícios, que se conseguem com pinturas exteriores e interiores e com a correção de pontos em que ocorrem algumas infiltrações de água em espaços interiores decorrentes da ocorrência de pluviosidade.

Foi verificada, em termos de espaços exteriores, a existência de locais degradados e mal cuidados que deveriam ser alvo de intervenção profunda.

Ao nível das coberturas há a necessidade de substituição das mesmas, considerando que, em algumas escolas, ainda utilizam telhas de fibrocimento que contêm amianto, o que potencializa riscos para a saúde das pessoas que ficam expostas a estas partículas.

Os sistemas de climatização/renovação de ar instalados em alguns espaços não são alvo de operações incluídas em contratos de manutenção, uma vez que estes não existem, restringindo-se as intervenções a correções pontuais que vão sendo realizadas, que de todo o modo não permitem corrigir todas as anomalias, verificando-se que existem diversos equipamentos de climatização/renovação de ar fora de serviço.

Estes edifícios apresentam, conceptualmente, deficiências ao nível da eficiência térmica, razão pela qual deveriam de ser intervencionados com o objetivo de melhorar significativamente as suas avaliações em termos de certificação energética.

Os trabalhos que deverão ser realizados para fazer face às patologias/deficiências/melhorias identificadas em todas as instalações escolares representam várias centenas de milhares de euros, situando-se claramente acima de 1 milhão de euros, excluindo-se desta avaliação a construção dos pavilhões desportivos.

Somente após a realização de todas as obras mencionadas, fará sentido abordar a questão dos custos associados às operações de manutenção e conservação dos edifícios e dos espaços exteriores associados às escolas.

Uma vez que não houve acesso a informação que permita apurar, com exatidão, a totalidade das áreas de construção (área edificada), nem a informação que permita determinar, também com exatidão, as áreas de espaços exteriores associados aos equipamentos escolares, torna-se difícil quantificar os custos que deverão ser considerados para fazer face, anualmente, às operações de manutenção e conservação das construções.

De todo o modo, tendo por base alguns elementos, estima-se que a área total de construção (edificação) associada às quatro escolas a transferir será de cerca de 21.000 m² e a área de espaços exteriores deverá ultrapassar os 60.000 m².

Tendo por base estes dados, e considerando que um preço aceitável para manutenção/conservação anual destes edifícios deverá rondar os 20€/m², chegamos ao valor de 420.000,00€, por ano, para cumprir devidamente todas as operações que devem ser tidas em consideração num adequado processo de manutenção e conservação.

Tendo por base a área estimada de espaços exteriores e considerando que um preço aceitável para manutenção e conservação anual destes espaços exteriores deverá rondar os 3 €/m², chegamos ao valor de 180.000,00€ por ano.

Assim, consideramos que um valor aceitável, para que o Município possa promover de modo adequado todas as operações associadas à conservação e manutenção dos equipamentos escolares que se englobam na concretização da descentralização de competências do domínio da educação no Concelho de Palmela, deverá rondar os 600.000€/ano, contrariando o definido pelo Ministério da Educação de 80.000,00 € (4 escolas x 20.000€/ano).

Ressalva-se que o custo global mencionado não contempla custos associados aos contratos de manutenção que deverão ser formulados para os elevadores, sistemas de tratamento/climatização de espaços interiores, sistemas de deteção de incêndios, sistemas de deteção de intrusão e contratos de manutenção de eventuais outros tipos de equipamentos mecânicos ou elétricos que possam existir, e também eventuais seguros.

– **Escolas Transferidas e a transferir**

Das quatro escolas a transferir, duas (Escola Básica Hermenegildo Capelo e Escola Básica José Maria dos Santos) são identificadas como prioritárias para modernização, facto que se confirma, embora não sendo referida qualquer data para a concretização destes trabalhos, nem a natureza dos trabalhos a realizar.

No entanto, persiste ainda a situação de inexistência de espaços interiores destinados à prática desportiva (pavilhão desportivo), situação que é alvo de reclamação, há muito tempo, pela comunidade educativa, nomeadamente da Escola Secundária de Palmela, que já estava identificada para protocolo com o município e da Escola Sede do Agrupamento José Saramago, e que é, sem dúvida, uma exigência que terá de ser atendida. Reforça-se, ainda as péssimas condições do ginásio da EB Hermenegildo Capelo, em Palmela.

– **Nota Final**

Foi solicitada pronúncia à Câmara Municipal sobre as competências do domínio da educação nas suas diversas áreas de intervenção, num período de 30 dias que é manifestamente insuficiente para que a resposta seja realizada de uma forma detalhada.

Assim, importa ainda referir que:

- Não há informação ou indicadores sobre o assumir de competências ao nível dos transportes escolares das crianças que frequentam a educação Pré-Escolar e o impacto da gratuitidade dos transportes dos alunos do ensino secundário;
- Não são revelados os dados relativos à Ação Social Escolar, deste modo, não se consegue apurar o número de alunos inseridos nos escalões A e B do abono de família que beneficiam, para além da refeição, de apoio para material escolar e visitas de estudo;
- Não há informação quantificada sobre a escola a tempo inteiro nas suas vertentes (Atividades de Enriquecimento Curricular e Atividades de Animação e Apoio à Família);
- Não há referência a qualquer transferência de verba destinada ao apetrechamento escolar;
- O assumir destas competências vai originar no Município um acréscimo de custos indiretos, ainda desconhecidos, através da necessidade de afetar mais meios humanos às novas tarefas, o que também deve incorporar um custo associado à manutenção de cada novo posto de trabalho.

Face ao exposto, e de acordo com o nº 2, do artigo 69º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, **propõe-se** que a Câmara Municipal se pronuncie negativamente quanto aos mapas remetidos a esta autarquia, ao abrigo do nº 1, do artigo 69º, do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro.»

Sobre a proposta de Pronúncia da Câmara Municipal, nos termos dos nºs. 1 e 2, do artigo 69º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, numerada DEIS 01_11-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Adilo Costa** acrescenta os seguintes esclarecimentos:

. Relativamente à proposta, trata-se de um pedido de pronúncia em que não deram às autarquias tempo para responder que coincidiu com as férias escolares e feriados, para além de terem de consultar as escolas. Portanto, no prosseguimento das posições tomadas pela Câmara Municipal, em matéria de transferência de competências para as Autarquias Locais, neste caso no domínio da Educação, e que já mereceu a pronúncia de não-aceitação da transferência de competências nos anos de 2019 e 2020, em Reunião de Câmara de 20/03/2019 e Assembleia Municipal de 28/03/2019, considera-se que toda e qualquer transferência de competências da Administração Central para os municípios, deve ser encarada como um processo de descentralização que corresponda a uma efetiva capacidade de resposta ou de satisfação às

necessidades dos cidadãos, num quadro de preservação das políticas públicas que ao Estado cabe assegurar. Este processo deve respeitar integralmente a autonomia das autarquias, devendo ser acompanhado pela inerente transferência dos recursos financeiros indispensáveis ao normal cumprimento das respetivas competências, calculados em função das necessidades existentes e não em função das dotações que atualmente estão afetadas. Neste contexto, recorda que as dotações que vêm no quadro das 3 Secretarias de Estado, particularmente do Ministério da Educação, são as dotações de 2018, ou seja, subfinanciadas e constituídas por insuficientes os meios técnicos e humanos.

Para uma melhor informação e análise dos montantes constantes nestes mapas, solicitou-se que os dados apresentados fossem validados pelas Direções dos Agrupamentos e Escolas Secundárias, que responderam, mas não foi possível conseguir dar uma resposta plena, por existirem dados que também não são do conhecimento destes. Aliás, houve muitos casos que não foram do conhecimento das escolas e outros que teve de ser a autarquia a enviar os seus técnicos, nomeadamente os do Património para poderem analisar, muito rapidamente, quais eram as patologias que existiam em cada um dos estabelecimentos de ensino que se pretende transferir.

Em relação ao mapa I dos Assistentes Operacionais e assistentes técnicos, mesmo que os números apresentados estejam de acordo com o rácio da portaria e, há casos concretos que demonstram que não estão apresentados, como é exemplo no Agrupamento de Escolas de Palmela, em que, para assistentes operacionais falam em 62 e são 59, para Assistentes Técnicos falam em nove e estão 7; no Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos em que fala em 70 e estão 56 e na Escola Secundária de Palmela falam em 26 e estão apenas 19. Portanto, nesta matéria tendo em conta o rácio da Portaria, a experiência que têm, demonstra que o pessoal afeto às escolas não é suficiente para o bom funcionamento das mesmas, que se deve também, frequentemente a baixas ou ausências prolongadas, dados estes que estão omissos neste mapa. Menciona que a média de idades dos trabalhadores ronda os 50 anos de idade e efetuada uma comparação dos dados enviados pela DGAL e os dados atuais remetidos pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias, podem verificar que alguns funcionários têm um horário de trabalho a tempo parcial, de 4 horas, assim como se registam diferenças, nomeadamente das assistentes operacionais, onde o número indicado é superior ao real, ou seja, em aquele número que os Agrupamentos e Escolas transmitiram à autarquia, particularmente às aposentações, entretanto verificadas e que não foram consideradas, para além das baixas prolongadas. Portanto, numa transferência de competências a supressão desta lacuna será imediatamente cobrada aos municípios, sem que a transferência financeira tenha sido devidamente acautelada.

No mapa II, nos apoios alimentares, as escolas confirmaram os encargos com o leite escolar, assim como o valor das comparticipações das refeições pagas pelas famílias, no entanto, não tiveram conhecimento do custo real da refeição, pelo que não foi possível confirmar os

respetivos encargos. Para a Câmara Municipal este dado é importante para aferir um eventual desfasamento com o preço praticado, ao nível do procedimento para o pré-escolar e 1º ciclo no concelho, já da responsabilidade da autarquia. Portanto, em relação ao Programa de Generalização de Refeições, existe uma diferença entre o valor transferido pelo Ministério da Educação e o atual custo da refeição, considerando que o município qualificou este serviço através da construção de um caderno de encargos exigente, no âmbito da qualidade da matéria-prima, a qualificação dos recursos humanos e logísticos, que fez aumentar o custo unitário da refeição, de 2,68€. Recorda que só a Escola José Saramago referiu um custo de 1,46€, ainda assim, a comparticipação do ministério deveria ser de 192.216,64€ e não o total de 82.852,00€ que apresentam.

No mapa III, nos circuitos especiais de transportes, está em falta a indicação referente ao Agrupamento de Escolas José Saramago e a autarquia está a dar como válido aquilo que deram em relação a outras escolas, mas o Agrupamento de Escolas José Saramago também tem no valor 5.000€ e não está referido.

No Mapa IV, respeitante à escola a tempo inteiro, não foi possível confirmar qualquer dos valores que escritos, tendo-se registado uma grande dificuldade de cada uma das escolas, mas considerando a indicação do número de alunos inscritos nas atividades e o valor base/aluno, faltam 130.000€.

No mapa V, nos encargos com as instalações é onde se verifica o maior problema, ou seja, não vai ser transferida verba para intervenções de grande porte a Escola Secundária de Pinhal Novo, vai ser transferida verba para manutenção e conservação, mas a Escola Secundária do Pinhal Novo tem um contrato com o Parque Escolar, que, aliás, na passada segunda-feira em reunião do Conselho Geral da Escola, pode verificar que 600.000€ por ano, que há uma transferência do Ministério da Educação para a Escola e da Escola para a Parque escolar, mas não se sabe exatamente, por quantos anos vai ser feita esta operação financeira com o Parque Escolar. Todas as restantes escolas, mesmo nas intervenções imediatas, são da responsabilidade da autarquia e aqui constata-se que, de um modo geral, todas as escolas necessitam de intervenções que permitam estabelecer as adequadas condições de salubridade dos edifícios. Contudo, foi verificado em termos de espaços exteriores, a existência de locais degradados e mal cuidados que deveriam ser alvo de intervenção profunda ao nível das coberturas, com a necessidade de substituição das mesmas, uma vez que tanto a Escola Hermenegildo Capelo e a Escola José Maria dos Santos ainda têm a cobertura em telha de fibrocimento que contêm amianto e que potencializa riscos para a saúde das pessoas ficam expostas estas partículas. Os sistemas de climatização e ou renovação de ar instalados em alguns espaços, não são alvo de operações incluídas em contratos de manutenção, uma vez que estes não existem, restringindo-se as intervenções a correções pontuais que vão sendo realizadas, ou seja, não há contratos de manutenção e há muitos equipamentos que não estão pura e simplesmente, devido a isso, a funcionar, porque as verbas nas escolas também não

esticam, pelo que verificou-se a existência de diversos equipamentos de climatização e ou de renovação de ar fora de serviço.

Os trabalhos que deverão ser realizados para fazer face às patologias, deficiências e melhorias identificadas em todas as instalações escolares, representam várias centenas de milhares de euros, situando-se claramente, acima de 1 milhão de euros e não estão aqui contemplados os pavilhões desportivos, que nem da escola Secundária de Palmela nem do Agrupamento de Escolas José Saramago, no Poceirão. Portanto, relativamente às operações de manutenção e conservação das construções, refere que a CDU apresentou numa reunião de Câmara o mapa da Saúde, o Ministério da saúde teve, pelo menos, o cuidado de dar estes valores, o preço por área e por m² para poderem fazer as contas. No caso das escolas, infelizmente, não forneceram dados e teve a autarquia de se munir de outros instrumentos para saber ao certo do que é que se estava a falar. E tendo por base a área sobre os dados que recolheram, estima-se que a área total de construção e de edificação associada às 4 escolas a transferir, excluindo a Escola Secundária de Pinhal Novo, será num total de 21.000 m² e a área de espaços exteriores deverá ultrapassar os 60.000 m². Assim, face a estes dados, considera que o valor aceitável para a manutenção e conservação anual dos edifícios deverá rondar os 20€/m² num valor de 420.000€ por ano, para cumprir devidamente, todas as operações que devem ser tidas em consideração num adequado processo de manutenção e conservação. Para os espaços exteriores, considera-se como preço aceitável para manutenção e conservação anual destes espaços exteriores um valor a rondar os 3€/m², num valor de 180.000,00€ por ano. Somando estas duas verbas, considerando 600.000€ um valor aceitável para que o município possa promover, de modo adequado, todas as operações associadas à conservação e manutenção dos equipamentos escolares que se englobam na concretização da descentralização de competências do domínio da educação no Concelho de Palmela e que contraria o definido pelo Ministério da Educação de 80.000,00€.

Relativamente às escolas transferidas e a transferir, refere que duas escolas que pretende transferir precisam de ser modernizadas, a Escola Hermenegildo Capelo e a Escola José Maria dos Santos, mas não avançam com uma data para concretizar essa modernização, ou seja não avançam com datas, nem com a natureza dos trabalhos a realizar. Persiste ainda, a situação de inexistência de espaços interiores destinados à prática desportiva, e é incrível porque estão numa fase adiantada de protocolo com o Ministério da Educação para o pavilhão desportivo de Palmela, com verba qua a autarquia tem condições de reservar ao nível do orçamento e não aparece como prioridade para o Ministério da Educação, pelo que há aqui um desfasamento e também é necessário o ginásio da Escola Hermenegildo Capelo também tem necessidade de intervenção.

Portanto, o período de pronúncia é manifestamente insuficiente e que não informação ou indicadores sobre o assumir de competências ao nível dos transportes escolares das crianças que frequentam a educação pré-escolar, bem como o impacto da gratuitidade dos transportes

dos alunos do ensino secundário, aliás refere que vão questionar o Ministério da Educação por escrito, sobre estas 2 referências. Também não são revelados os dados relativos à Ação Social Escolar, pelo que não se consegue apurar o número de alunos que estão inscritos e inseridos nos escalões A e B, que são diferenciados, ao contrário das crianças do 1º e 2º escalão, em relação ao 1º ciclo e pré-escolar, para além da refeição, do apoio material escolar e visitas de estudo. Refere que também não há informação nas suas vertentes, ou seja atividades de enriquecimento curricular e atividades de animação e apoio à família, como também não há referência a qualquer transferência de verba destinada ao apetrechamento escolar, nem referência aos custos indiretos. Portanto este conjunto de intervenções de manutenção e conservação não se faz assim, ou seja é necessário ter na estrutura da autarquia, mais funcionários para apoiar toda este trabalho e por isso, propõe que a Câmara Municipal se pronuncie negativamente quanto aos mapas remetidos à autarquia.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não vai discutir o que já foi discutido em outras reuniões de Câmara, mas vai antes centrar-se nesta proposta, pelo que considera que esta discussão está relacionada com o posicionamento que o PS tem tido em relação a estas questões. O PS referiu que era necessário fazer um trabalho de casa preparatório para estarem preparados para o que poderia advir com a questão da descentralização das competências e entre as quais, havia duas que causavam preocupação, nomeadamente a saúde e a educação.

Sobre a questão da Saúde já passou já foi discutida, mas sobre a questão da Educação, uma vez que a educação é prioritária num território que quer ser de excelência e, efetivamente, há muito para fazer na educação, muito tem sido feito, mas ainda há muito por fazer de forma diferente. Não vai falar aqui em pormenores, quais foram os projetos que cada um apresentou quando se candidatou à autarquia, porque havia claramente algumas diferenças entre o projeto do PS e o projeto da CDU, nomeadamente o prolongamento dos horários, nas atividades de apoio à família, de enriquecimento curricular, mas mesmo com essas diferenças tão claras, não vai ser nesses pontos que o PS se vai centrar, mas sim naquilo que essencialmente, é muito importante e cria aqui um desfasamento muito grande entre a necessidade que esta autarquia tem e aquilo que está previsto na transferência. Por isso o Sr. Vereador Adilo Costa não se espante pelo PS estar de acordo em constatar que o valor de 80.000€ é uma migalha, aliás, o PS sempre afirmou que, venham de onde vierem as propostas, seriam analisadas em função do interesse da autarquia e do concelho de Palmela. Por isso, refere que não podem aceitar os 80.000€ para a manutenção de instalações, quando o concelho de Palmela tem um parque escolar que necessita de muitas pessoas e cujos encargos estão muito próximos dos 500 ou 600.000€.

O **Sr. Presidente** refere que deve entender-se que estão a falar de transferências do Ministério da educação para a Câmara sem as respetivas verbas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que as escolas são do concelho e da comunidade e a comunidade é de todos e todos têm responsabilidades na comunidade e é uma situação que os diferencia muito e que prefere atuar primeiro, se for preciso, mas resolver os problemas e o Sr. Presidente prefere fazer primeiro política contestatária e só depois resolver o problema, mas isso são questões que os diferencia e considera que devem centrar a discussão naquilo que é importante e o que é importante é que estes valores são demasiado pequenos para poderem ser aceites neste tipo de caderno de encargos que vem com a descentralização e, neste caso, exatamente por isso, mas também porque avisaram que era preciso fazer um trabalho de casa, houve autarquias que conseguiram ir mais além e começaram a trabalhar muito mais com estas questões e a negociar muito mais cedo com o ministério. Também reconhece que têm problemas estruturais, e não foram as autarquias do PS, também foram autarquias do PSD e pode consultar as atas e verificar que o PS alertou para o facto de se começar a trabalhar nestas questões mais cedo e isso não foi feito.

O **Sr. Presidente** questiona qual trabalho de casa? Se as próprias escolas não fizeram o trabalho de casa, não conseguem fornecer os dados daquilo que precisam? Refere que o Ministério da Educação é que não fez o seu trabalho de casa.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o Sr. Presidente não respeita a ideia dos outros e se não respeita a ideia de outras pessoas, se calhar, não tem condições para estar onde está. Tem de deixar os outros falar, a sua verdade pode ser a mentira de outros e vice-versa e ainda bem que assim é. O Sr. Presidente está demasiado nervoso e fala mais do que o Secretário-Geral da CDU, aliás, aqui fala muito.

Neste momento estão a falar em simultâneo, pelo que não é possível transcrever para a ata.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que há questões aqui que considera preocupantes e outras que os diferencia há muito e não vai ser agora que se vão unir, contudo, considera que não se deve aceitar este caderno de encargos, estas transferências reduzidas e esta forma de transferir na área da educação, embora continuem a pensar que na maioria dos casos, a transferência para as autarquias poderia trazer melhorias no processo educativo, mas a partir daí, cada um tem a visão que tem, a do PS é esta que tem apresentado e cada um tem a sua. Portanto, o PS vai abster-se.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que a propósito desta matéria, já tiveram diversas conversas e diversos debates e, de facto, há posicionamentos que são contrários à descentralização e que não gostam da descentralização, porque isso traz responsabilidade e, naturalmente, a exigência para com os cidadãos. Refere que há aqui um problema e está de acordo com o Sr. Vereador Raul Cristovão na forma como o Governo está a fazer a descentralização e deixou o processo resvalar durante muito tempo, depois quer fazer tudo à pressa, não dando a informação que permita a quem já tem uma posição contrária a esta descentralização, tenha razões para dizer que não e, com isso permite a pessoas como o

próprio que é a favor da descentralização, acompanhar esta não-aceitação, porque assim como está, não representa nada. Portanto, considera que de uma forma muito telegráfica resume a posição que tem e, naturalmente, votará favoravelmente esta proposta que foi apresentada e aludindo aquilo que o Sr. Vereador Adilo Costa referiu e da qual concorda, independentemente do posicionamento político que possam ter sobre estas questões, de facto, quando falaram da saúde, quando se pronunciaram sobre aquela proposta da Saúde, relativamente a alguns equipamentos e também sobre recursos humanos, havia mais matéria que o Ministério da Saúde forneceu e, depois podem concordar ou não, mas aqui, na questão da Educação, efetivamente, está muito aquém daquilo que era exigível e do que era necessário e, por isso, também acompanha esta proposta e votará favoravelmente.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o MIM é a favor da descentralização de competências, mas ao apreciar esta proposta, vão acompanhar favoravelmente a posição da CDU, porque não estão aqui para ser contra a CDU, mas sim para ser constritivos e apoiar aquilo que consideram ser o melhor para o concelho.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que começaram a construir a casa pelo telhado, porque se numa 1ª instância tivessem enviado os mapas para serem analisados, eventualmente, gradualmente e com bom senso em qualquer município, poderiam dizer que "isto ou aquilo" era passível de ser aceite. Considera que falta aqui um órgão importantíssimo que constitucionalmente está previsto, as regiões, mas ainda assim poderiam, eventualmente, verificar caso a caso, com mapas e com estudos, cada competência e se reunia condições ou não, para ser aceite.

Já havia referido na última reunião de Câmara que se discutiram as descentralizações de competências que Portarias a definir são só 26 e quem é que assina um documento que no futuro, sem dizer um prazo vai acontecer o que quer que seja. Quem assina um contrato tem de ter tudo discriminado, sobre o que vai realmente acontecer. Portanto, começaram a construir a casa pelo telhado e depois, salta à vista quando remetem os mapas, que deveriam ter vindo muito antes. Recordo o Sr. Vereador Raul Cristovão, que desde o Governo de José Sócrates se discute a transferência de competências, e a posição da autarquia de Palmela na AML, na AMRS e na Assembleia da República em que foram auscultados por grupos parlamentares para mostrar qual era a posição que tinham e a resposta foi negativa. Desde esse tempo que já existem mais de três ou quatro versões destes mapas, sobretudo sobre aquilo que está aqui a dizer. Esclarece que enviaram para as escolas, porque ainda não estão sobre a tutela da autarquia, para depois, não virem dizer que as escolas sobre a tutela da Câmara iriam dizer aquilo que a Câmara entendia. Portanto, as escolas ainda estão sob a alçada do Ministério da Educação e pronunciaram-se sobre aquilo que, de facto, têm no momento e estes mapas, são um verdadeiro desastre e ainda bem que reconhecem. Refere também que não compreende o PS, porque na discussão sobre a transferência de competências nesta matéria, acusaram a CDU que estão a "empurrar com a barriga até 2021", quando, na verdade

quanto mais tempo tiverem para negociar em concreto, porque há espaço para negociação e o bom senso faz qualquer partido político que esteja à frente de uma autarquia negociar, podem aprofundar estes erros crassos que estão a cometer, e depois podem corrigir e devem corrigir, portanto, é isto que esperam que aconteça até 2021.

O **Sr. Presidente** volta a sublinhar aquilo que a CDU tem defendido ao longo do tempo, e que tem tido uma tradição na descentralização de competências exercida com as Juntas de Freguesia, tendo sido pioneira no Distrito de Setúbal e no país, da qual se orgulha, por isso imaginem se fizessem o mesmo às Juntas de Freguesia do concelho? Portanto, a CDU não faz isto, porque isto não é um processo de negociação. Depois, sempre reafirmaram que o processo de descentralização é, por natureza, um processo generoso e bondoso, na medida em que, baseado no princípio da subsidiariedade, quem está mais perto poder resolver melhor os problemas, é algo que é quase irrecusável dizer que não traria vantagens. Contudo também existem várias situações em que está comprovado que esse princípio de subsidiariedade não deve ser aplicado a algumas das competências, porque há matérias, até para evitar discriminação e desigualdade entre os cidadãos das várias zonas do país, de continuar a estar na competência direta do Estado Central. Tal como já aqui foi dito e reconhecido, por quase todas as bancadas, este processo está um pouco inquinado, particularmente em algumas das competências que remete para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, outro patamar de competências, pela falta da regionalização. Portanto, há aqui assuntos que têm de ser tratados a nível supramunicipal e o patamar da regionalização ajudaria no planeamento, na gestão de infraestruturas comuns, nos determinados níveis de ensino, entre outras situações.

Refere também, que começa agora a aparecer, com estes mapas, aquilo que a CDU já havia questionado, porque, efetivamente, foram passados cheques em branco, mesmo as autarquias que concordaram porque tinham apenas uma escola integrada do pré-escolar até ao 12.º ano, como Barrancos, estão agora a revelar dificuldades, pelo que está a comprovar-se aquilo que a CDU havia alertado.

Refuta por completo o que o Sr. Vereador Raul Cristovão referiu, e interrompeu-o porque está sempre a dizer que é preciso fazer o trabalho de casa, mas discorda dessa posição, até porque foi o Governo que não fez o trabalho de casa, que poderia ter iniciado um processo de descentralização no início da legislatura, bem negociado com os municípios e não o fez e, a prova que não o fez, é que o Governo não sabe o que é que tem, porque todos os mapas que enviou, na Saúde, estavam errados, desde o número de funcionários, os veículos estavam incompletos, os mapas da Educação, estão mais do que errados, e prova disso é que até os Agrupamentos e quem detém a gestão das escolas, teve dificuldade em fornecer os elementos que são essenciais.

Depois, há uma outra matéria, mesmo que estivessem num patamar ideal em que o Governo se disponibilizasse a pagar, por exemplo, os 40 funcionários em vez dos 26, a verba de 20.000€

para equipamento que é uma vergonha, até porque qualquer Junta de Freguesia do concelho recebe quantias muito mais generosas para o 1º ciclo e o pré-escolar, mas mesmo assim, questiona o Sr. Vereador Raul Cristovão se acha que estas contas estão corretas? Naturalmente que não estão corretas e alerta ainda, para mais uma questão, quem é que vai lançar os procedimentos concursais, quando atualmente já não têm na autarquia técnicos suficientes para lançar todas as obras que estão previstas. Outras questões que coloca, quem é que vai tratar da saúde ocupacional, dos vencimentos, do acompanhamento, do SIADAP, a avaliação dos mais 300 funcionários que até são assistentes operacionais? Então, não acha que isso vai crescer na estrutura municipal?

Portanto, Sr. Vereador Raul Cristovão, o princípio da descentralização é bondoso e generoso, mas o que está a acontecer, não é uma descentralização de competências. É, sobretudo, uma descentralização de encargos e de tarefas para depois o Estado Central propagandear que reduziu a quantidade de encargos com funcionários, têm menos despesa pública, que passa toda para os municípios. E dá nota que não foram apenas os municípios da CDU, também houve municípios do PS que não aceitaram nem uma das competências a descentralizar e não deixa de ser curioso, que no último Conselho Metropolitano e também na Associação de Municípios da Região de Setúbal, autarcas do PS estejam agora a defender que tudo isto tem de ser discutido porque constataram que havia situações erradas e muitos desses foram dos que aceitaram as descentralizações e agora, confrontados com os primeiros dados que ainda são manifestamente insuficientes, já apelam a uma nova discussão. Enfim, já haviam alertado que quando chegassem aos Diplomas da Saúde, da Educação, as posições iriam mudar. E, provavelmente, irão chegar a 2020 e 2021, no final do mandato, a discutir outra descentralização e espera que, após as legislativas, haja o bom senso de fazer da descentralização de competências, uma reforma nacional integradora de todas as vontades e não processos impostos, mal resolvidos, à pressa, para alguém aparecer como se tivesse feito o trabalho antes das eleições e passa-se o mesmo com a reposição das freguesias. Portanto, não se trata de uma discussão de prós e contras, mas de uma realidade em que é necessário que estas matérias sejam tratadas com rigor, com seriedade, sob pena de muitas autarquias deste país, em particular aquelas de média e grande dimensão, ficarem completamente bloqueadas no seu funcionamento, para fazer o que o Estado Central e o Governo não fizeram e, não fizeram nesta legislatura, nem nas anteriores, porque existem questões por resolver que já têm 30 anos, como o caso do pavilhão da Escola Secundária de Palmela, a remoção das telhas em fibrocimento nas coberturas das Escolas. Refere que, felizmente, nas escolas do município está tudo feito e se isto fosse tudo municipal também estaria feito, mas não é com estas verbas, por isso defende que sobre este Diploma da Educação, a oposição teve a atitude de reconhecer que devem dar um parecer desfavorável, porque estes números enganam o município, destruiriam as finanças municipais e bloqueariam o funcionamento da autarquia, porque a partir do momento em estas matérias passarem para a competência dos municípios, obras cujas

populações estão à espera há 20 ou mais anos, querem depois resolvidas em 6 meses. Portanto, não há condições com estas verbas, com estes dados e com esta estrutura, não é possível aceitar e o resultado seria perverso, porque os resultados irão sair o contrário, em vez de servirem melhor a comunidade, iriam ficar com competências que apenas serviriam para queimar as autarquias e os autarcas e, ainda bem, que os autarcas do PS na Área Metropolitana de Lisboa, já reconheceram que têm de voltar a discutir estas matérias.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que há uma parte que o PS considera que não se deve aceitar com estes montantes agora definidos. Há uma questão que é programática e que o PS está de acordo e há outra parte em que considera que o concelho não deve aceitar porque a autarquia fica sem condições para resolver o problema. Contudo, na parte programática, considera que se devia ter uma outra forma de olhar para os problemas e atuar e é essa a diferença que aqui têm demonstrado, porque defende uma posição não põe em causa a capacidade da autarquia de negociar e exigir mais, para aquilo que é efetivamente necessário fazer e, espera que depois de outubro, continuem a trabalhar nesta perspetiva, porque prefere, um mau diploma que possa ser negociado e revertido do que a privatização da escola pública e outro tipo de propostas deste género.

O **Sr. Presidente** refere que esse tipo de propostas vem ali do outro lado da oposição, mas mesmo assim não acredita que a privatização de serviços e de outsourcing em barda, para resolver assuntos que sempre foram feitos com funcionários do Estado.

A questão concreta é que nem sequer estão a votar sim ou não à descentralização nesta área da Educação, mas a votar mapas com estimativas de custos e de recursos que não são realistas e que subvertem todo e qualquer princípio de aceitação destas responsabilidades.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 10 – Atribuição de apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela para a realização da 4.ª edição do Mercado Caramelo.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_11-19:

«Com organização da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e Confraria da Sopa Caramela, a 4.ª edição do Mercado Caramelo terá lugar em Pinhal Novo de 10 a 12 de maio.

A recreação deste Mercado assume-se como um evento que pretende conjugar a animação e a história, envolvendo na sua organização e dinamização instituições e Movimento Associativo da

freguesia, contribuindo para a preservação e divulgação das tradições e identidades locais, sendo já uma atividade incontornável no calendário do território.

Paralelamente pretende ainda divulgar a Sopa Caramela, contribuindo para a divulgação do comércio tradicional e promoção turística do Concelho, atraindo na sua última edição cerca de 30 mil pessoas.

Assim, **propõe-se** de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro a atribuição de um apoio financeiro à Confraria da Sopa Caramela de Pinhal Novo, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), como comparticipação municipal à realização do Mercado Caramelo 2019.

Para além do apoio financeiro, estima-se em € 5.000,00 o apoio logístico disponibilizado pelo Município à realização desta iniciativa.»

O **Sr. Presidente** refere que trata-se de uma transferência financeira pequena para a importância do evento, mas há um grande investimento logístico que os trabalhadores do município têm estado a desempenhar.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ECONOMIA LOCAL

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 11 – Atribuição de apoio financeiro à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão para realização da 30.ª Feira Comercial e Agrícola do Poceirão.

PROPOSTA N.º DCTEL 01_11-19:

«A Feira Comercial e Agrícola do Poceirão realiza-se nos dias 12, 13 e 14 de julho e comemora este ano, a sua 30ª edição. Para uma iniciativa que celebra e promove os recursos locais, é um percurso bastante longo. São muitos anos de trabalho, em busca da afirmação da ruralidade deste território e da promoção dos produtos da terra.

Desde a primeira hora que esta feira tem sido a montra do que melhor se faz na freguesia de Poceirão. Aqui, os visitantes têm podido contactar com as tecnologias mais avançadas ao serviço da agricultura, enquanto convivem com as picotas ancestrais, assistem a uma demonstração de monda no arrozal ou apreciam a horta que todos os anos faz parte da exposição da feira.

A Associação da Feira Comercial e Agrícola de Poceirão tem tido a preocupação de reunir todas as atividades rurais da freguesia no seu espaço. Frutas, legumes, queijos, gado, artesanato,

vinhos, a gastronomia local e um excelente programa de animações e um interessante programa de atividades equestres, têm sido a razão de ser desta ponte entre o rural e o urbano.

Assim, face ao exposto e de forma a colmatar parte das despesas da organização deste evento, e para além dos apoios logístico e técnico de cerca de sete mil euros que a autarquia também assegura, **propõe-se**, de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação da Feira Comercial e Agrícola do Poceirão.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Pelo **Sr. Vereador Pedro Taleço** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 12 – Atribuição de topónimos no Bairro José Valente – Freguesia de Quinta do Anjo. Proc.º TOP-5201/2018.

PROPOSTA N.º DAU 01_11-19:

«Na sequência do orçamento participativo de 2014 e aquando das sessões relativas à Freguesia de Quinta do Anjo, os moradores do Bairro José Valente, em Pinhal das Formas, manifestaram por vontade própria e unânime, que seja reconhecido por parte desta Câmara Municipal, as designações toponímicas existentes e utilizadas no bairro: "Avenida da Liberdade", "Rua Duarte Pacheco" e "Rua Garrett", cujas placas toponímicas estavam já colocadas no local, há muito tempo.

Entretanto a 15/07/2015 foi possível aprovar o topónimo "Avenida da Liberdade", ficando os restantes, arruamentos objeto da presente deliberação, em análise relativamente à sua dominialidade.

Concluiu-se agora que os arruamentos em causa, pertencem à rede viária municipal, será então necessário oficializar os topónimos utilizados pelos moradores.

Tratam-se da "Rua Duarte Pacheco" e "Rua Garrett", designações que reportam a antropónimos de relevo nacional incontornável que, pela sua notoriedade, o Engenheiro Duarte Pacheco e o escritor Almeida Garrett, dispensam a correspondente apresentação biográfica. Também, foi salvaguardada a não repetição destas designações toponímicas na freguesia de Quinta do Anjo.

Os topónimos propostos enquadram-se nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), em vigor, correspondem, efetivamente, às designações consolidadas pelos moradores e visam garantir uma melhor

identificação do local por motivos postais mas, sobretudo para efeitos de emergência médica e civil.

Face ao exposto, considerando o parecer favorável da Comissão de Toponímia, reunida a 11/04/2019, em cumprimento do disposto no n.º2 do art. 5º do RTCP e o apoio da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, prestado aos moradores, de sentido igualmente favorável às referidas designações, **propõe-se** a aprovação das atribuições dos topónimos **"Rua Duarte Pacheco"** e **"Rua Garrett"** aos arruamentos identificados na planta em anexo, que faz parte integrante da presente deliberação, ao abrigo do disposto na alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Sobre a proposta de Atribuição de topónimos no Bairro José Valente – Freguesia de Quinta do Anjo, numerada DAU 01_11-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede desculpa pelo atraso da entrega da proposta aos Srs./as Vereadores/as na terça-feira, e obviamente que existe espaço para melhorar e naturalmente que o irão fazer.

O **Sr. Presidente** refere que começou por pertencer a uma área de génese ilegal mas, felizmente, a situação tem evoluído e já foi feita a 1ª fase de infraestruturização e hoje a toponímia é indispensável para as pessoas localizarem com mais rigor os destinos de partidas, de chegadas e entregas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 12 – Atribuição de topónimos na Urbanização "Casas da Quinta" – Barreiros – Volta da Pedra, Freguesia de Palmela. Proc.º TOP-2080/2013.

PROPOSTA N.º DAU 02_11-19:

«Com a dinâmica de ocupação da Urbanização Casas da Quinta, loteamento titulado pelo alvará n.º 277, situada em Barreiros, Volta da Pedra, surge, naturalmente, a necessidade de atender a diversos pedidos de indicação de número de polícia.

Não tendo sido acautelada a atribuição de designações toponímicas à data do licenciamento das obras de urbanização do loteamento, momento oportuno para o efeito, importa agora, em face da efetiva ocupação dos lotes, promover a atribuição dos topónimos para os arruamentos desta urbanização que integraram domínio público municipal com a emissão do alvará de loteamento e cuja responsabilidade de manutenção está na alçada desta Autarquia desde 7/10/2009.

A urbanização em causa, é constituída por 15 arruamentos, entre Ruas e Travessas e atentas as suas características, foi possível, dentro do objetivo prosseguido pelos Serviços de Toponímia

de priorizar antropónimos de relevo local e concelhio, dar cumprimento à recomendação da Assembleia Municipal atribuição do topónimo "**Rua António Matos Fortuna** – Historiador do Concelho de Palmela" em todas as Freguesias do Concelho, identificado com o n.º 1 na planta em anexo.

Por seu lado a Junta de Freguesia Palmela apresentou 10 propostas de antropónimos (entre os quais também António Matos Fortuna), relativos também a individualidades de relevo local e concelhio, devidamente identificados na planta em anexo, concretamente:

2. **Travessa Mariano Cardoso Caetano** – Dirigente Associativo e Ilustre Palmelense;
3. **Travessa Joaquim Fernandes Chula** – Autarca, Dirigente Associativo e Ilustre Palmelense;
4. **Travessa Álvaro de Carvalho Cardoso** – Autarca e Empreendedor Vitivinícola;
5. **Rua Vasco Machado** – Dirigente Associativo e Fundador dos Bombeiros Voluntários de Palmela;
6. **Rua José Hermano Saraiva** – Governante e conceituado Historiador;
7. **Rua Raul Machado** – Regedor de Palmela, Dirigente Associativo e Fundador dos Bombeiros de Palmela;
8. **Rua Inácio Baião** – Autarca e Ilustre Palmelense;
9. **Rua João Nunes "Parré"** – Fundador do Motoclube de Palmela e Ilustre Palmelense;
10. **Rua Acácio Ezequiel Chulo** – Dirigente Associativo, Músico, Ensaíador e Ilustre Palmelense;

Com enquadramento na alínea c) do n.º1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), e atento o disposto no 2 do art. 7º A do regulamento, sendo estes topónimos proposta da Junta, o parecer previsto na alínea ss) da 75/2013 de 12 de Setembro é dispensado. Já a Comissão de toponímia reunida a 17/05/2018, emitiu parecer favorável às 13 propostas indicadas.

Havendo necessidade de indicação de mais 5 designações e atento o tema escolhido, foi possível aos Serviços Municipais, encontrar 3 individualidades de relevo local e concelhio, especificamente:

11. **Rua Dr. Luís Guerreiro** – Dirigente Municipal;
12. **Travessa Hortense Miranda Jones** – Ilustre Palmelense;
13. **Rua Emília Santo António** – Ilustre Palmelense.

Destes 3 topónimos é impossível não destacar aqui, sem embargo do relevo das restantes individualidades, o Dr. Luís Guerreiro, antigo dirigente desta Autarquia, que pela seu percurso

profissional, mas também pelas suas características pessoais lhe valeram homenagens em vida, como a Medalha Municipal de Dedicção, Grau de Ouro, atribuída pela Câmara a 1-06-2012.

A Comissão de Toponímia, reunida a 19/07/2018 e 22/11/2018, emitiu parecer, também favorável aos 3 topónimos propostos pelos Serviços, bem como a Junta de Freguesia de Palmela, que emitiu parecer favorável, a 03/05/2019, cumprindo-se assim o do disposto no n.º2 do artigo 5º e no n.º 3 do art. 7º A do TCP.

Feitas as contas, falta ainda a atribuição de 2 topónimos, no entanto e pese embora as pesquisas efetuadas pelos serviços ainda não foi possível encontrar antropónimos que cumpram os requisitos. Assim e na impossibilidade de protelar por mais tempo a aprovação das designações dos arruamentos desta urbanização, em face da sua ocupação conforme inicialmente salientando, salvaguardou-se que os dois arruamentos que ficam, ainda, sem identificação, são arruamentos sem qualquer ocupação, quer no local, quer sem processo de obras em curso na Câmara.

Face ao exposto, atentas as notas biográficas das individualidades de relevo local e concelhio propostas, anexas á presente proposta, bem como os pareceres favoráveis da Junta de Freguesia de Palmela e da comissão de Toponímia, **propõe-se** a atribuição dos antropónimos identificados, referenciados e 1 a 13 e melhor identificados na planta em anexo à presente proposta e que dela fazem parte integrante, nos termos da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Sobre a proposta de Atribuição de topónimos na Urbanização “Casas da Quinta” – Barreiros – Volta da Pedra, Freguesia de Palmela, numerada DAU 02_11-19 intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que está de acordo com todos os nomes aqui citados, mas pessoalmente tem de manifestar a total discordância com a proposta em que o PS está a atribuir a um nome de uma rua, particularmente a um ministro do tempo de Salazar, a um ministro do regime fascista como é o caso de José Hermano Saraiva. De facto, foi uma figura muito contestada e basta recordar a crise estudantil de 1969 e, contrariamente ao que é referido aqui na proposta, não foi um conceituado historiador, porque até a Academia e muitos historiadores sempre manifestaram várias reservas em relação à sua intervenção enquanto historiador. Portanto, considera que, contrariamente a outras personalidades que constam nesta proposta e que têm aqui, nas suas biografias, trabalho feito na comunidade de Palmela e que é reconhecido por muita gente, em relação ao Sr. José Hermano Saraiva, para além de ter nascido em Leiria, tendo residido em Lisboa e por último em Palmela, não lhe é conhecida qualquer intervenção reconhecida na comunidade. Por esta razão, não pode deixar de condenar veemente esta proposta, a poucos dias de se ter assinalado os 45 anos sobre o 25 de Abril e trazer aqui uma proposta a homenagear alguém que é um símbolo da ditadura fascista.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que respeita a leitura que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha fez, contudo refere que não é o PS que apresenta a presente proposta. Esta proposta advém da Comissão de Toponímia, que neste caso, o representante do BE que é o representante da Assembleia Municipal também votou contra, mas todos os outros representantes votaram a favor. Acrescenta que admitindo a questão apresentada pelo Sr. Vereador Luís Miguel Calha, refere que nesse incomodo demonstrado por um contexto histórico e por esta determinada personalidade, deverá ir mais longe, porque as ruas do concelho de Palmela têm imensos nomes de colonizadores portugueses, que hoje em dia, são vistos como traficantes de escravos, portanto, se considera que a toponímia do concelho em vez de refletir a história deve ser revista, à boa semelhança do que se fazia, por exemplo, no Egito quando se mudavam os faraós e se apagavam os registos dos antecessores, deve ser revista à medida que vão andando e conforme dá jeito, deixam uma triste herança para o futuro. Neste sentido, sente-se confortável com a proposta e, concordando ou não, com a postura desta determinada personalidade, a verdade é que teve um contexto histórico que não deve ser apagado dos livros de História e da aprendizagem das gerações futuras, até para poderem ter a perspetiva certa do que é certo e do que é errado. Recorda ainda que os pareceres da Comissão de Toponímia não sendo vinculativos, em termos formais, tratou-se de um acordo que fizeram em atribuir uma certa formalidade a estes pareceres, para que a Câmara Municipal não assumira nenhuma decisão que não fosse a decisão emanada da Comissão de Toponímia e como referiu, apenas o representante da Assembleia Municipal que é o elemento do BE, votou contra este nome e até admite que tenha a mesma posição em relação a esta questão. Lamenta esta posição, porque considera que não deve ser este o sentido daquilo que é a toponímia.

O **Sr. Presidente** agradece os esclarecimentos do Sr. Vereador Pedro Taleço e refere que a toponímia tem várias funções, algumas delas não serão propriamente fazerem história, mas quando é necessário alterar topónimos, altera-se e, em boa hora, foram alterados muitos topónimos neste concelho e em outros concelhos do país. Recorda que alguns topónimos foram alterados sem necessitarem de vir a reunião de Câmara e foram alterados pela força do povo e da população, nomeadamente o primeiro 1º de Maio após o 25 de Abril de 1974 em que os bombeiros do Pinhal Novo e a população, retiraram naquela que é hoje a Avenida da Liberdade, a placa de António de Oliveira Salazar, como fizeram em outros arruamentos e, portanto, isto não é para apagar os livros de História, pelo contrário, até é bom que fique na história e que a história seja bem contada, mas, de facto, se toponímia também se destina a evocar e a prestar homenagem, é também necessário fazer alguma reflexão e ter algum cuidado. Refere que vai votar favoravelmente a proposta e não passa pela questão de ter respeito para com a Comissão de toponímia, mas porque tem o direito de ter uma opinião completamente diferente e também porque concorda com os outros nomes apresentados na proposta. No entanto, também não se revê totalmente na evocação de algumas figuras que foram fundadores disto e daquilo, porque não é pelo facto de as propostas virem das juntas de freguesia que têm de ser mais ou menos

consideradas, mas qualquer dia, vão faltar ruas para muitos ilustres montanhões, pinhalnovenses, poceirenses e outros mais. Na Comissão de Toponímia também têm a obrigação de ter alguma ponderação, equilíbrio e pedagogia, porque senão, qualquer dia, banalizam a atribuição de topónimos, ou seja, se não houver um critério mais rigoroso, e não se entenda que está a criticar o trabalho desempenhado do Sr. Vereador Pedro Taleço no Pelouro, pois até teve a oportunidade, na transição do pelouro, de colaborar quando trabalharam num novo regulamento e até concorda que tem feito muito bem, quando coloca as pessoas a discutirem e serem elas também proponentes neste assunto.

Refere ainda que também respeita a posição do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, tal como respeita outras decisões e opiniões de voto, mas apela para algum bom senso e rigor, para que estes temas sejam temas de união e não fraturantes, até porque recorda, desde que é autarca, que estes aspetos da toponímia foram sempre extremamente consensuais.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** agradece o alerta do Sr. Presidente e recorda que a realidade da toponímia do concelho, mais do que aquilo que já referiu, considera que a toponímia deve ter referências ao local ou entre as pessoas e o local, daí que até se tenha criado uma placa explicativa, para elucidar o contexto daquela pessoa. Refere também que abunda na toponímia do concelho, às vezes até demais, porque acontece em mais do que uma por freguesia, são as ruas da Liberdade que é natural após o 25 de Abril, aquando de um contexto, mas que pecou até aos dias de hoje, em termos até da organização de georreferenciação, havendo mais do que uma por freguesia, às vezes por localidade, que não critica essa questão, porque pertence a um contexto próprio. Portanto, considera que o alerta do Sr. Presidente em relação aos méritos faz todo o sentido, mas tentaram direcionar para o que é local, para a relação entre a pessoa e o local e para que as gerações futuras passem naquela rua e percebam quem ali habitou e quem foi.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que sobre alguns aspetos desta discussão, salienta um que não foi o que gerou esta discussão, mas que considera importante, aliás, já falou nisto no mandato anterior, ou seja, a importância de olharem para esta questão de haver muitas ruas com o mesmo nome, apesar ter em conta o contexto histórico e a vontade das populações, muitas vezes, quem visita este território de Palmela, queixa-se desta confusão de haver, por exemplo muitas ruas da liberdade.

Quanto à questão do nome em causa, considera que o problema está na forma de como o professor José Hermano Saraiva foi apresentado. Refere que vai votar favoravelmente, mas não vai votar favoravelmente para atribuir uma rua ao governante José Hermano Saraiva, porque acha inapropriado em democracia, estarem a aprovar e, ainda há pouco tempo comemorou-se os 45 anos do 25 de Abril e agora, aprovarem um nome para um governante do tempo da ditadura. Enquanto governante, não tem nada que permita elogiá-lo e atribuir-lhe o nome de uma rua e recusa-se a dar o nome de uma rua ao governante José Hermano Saraiva, contudo,

concorda que se dê ao historiador José Hermano Saraiva, apesar de também não concordar com a avaliação académica que o Sr. Vereador Luís Miguel Calha fez. Portanto, os historiadores, tal como todas as profissões mais ligadas às letras, têm sempre o seu ar inventivo, a forma de contar as histórias e, efetivamente, a grande vantagem do professor José Hermano Saraiva, independentemente dos méritos, foi a forma de como ele contava as histórias e que ajudou a promover a história de Portugal e por via disso, acabou por promover o concelho de Palmela, nas suas dissertações e nas suas prédicas, aparecia sempre essa referência a Palmela, portanto, sugere que na proposta retirassem a questão do governante porque não é isso que querem homenagear e deixassem que fixasse a questão do historiador, porque foi isso que enalteceu o concelho de Palmela que enquanto historiador e no fim da sua vida teve aqui um papel e ajudou a promover a história do concelho.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** considera que, politicamente estão todos de acordo que a figura era sinistra, até porque esteve ligada como ministro da Educação, na época, à invasão da PIDE com tropas de choque em 1962 na Faculdade de Direito.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que houve também um outro ministro da Educação que esteve ligado a essas situações e que mais tarde foi ministro do PS, por isso pede ao Sr. Vereador Raul Cristovão para não criticar muito.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que concorda que se coloque uma placa como historiador e não fazendo avaliações sobre José Hermano Saraiva, até porque não assistia aos seus programas televisivos, porque a história não devia ser contada da forma como ele a fazia, era uma forma de vender a história, mas apesar de tudo, fez chegar a história e acontecimentos da história a muita gente que, quase analfabeta, se recordava dos seus programas, como programas de história que contava histórias à sua maneira. Como historiador concorda, mas como governante, considera que estão todos de acordo que não deve ficar. Portanto, José Hermano Saraiva figura sinistra do Governo de ditadura não, mas enquanto historiador, até que concorda.

O **Sr. Presidente** apresenta uma proposta de alteração, tirar governante e conceituado e colocar apenas Rua José Hermano Saraiva, historiador e no caso do Dr. Luís Guerreiro, falta um aspeto importante, porque também foi autarca, foi Presidente da Assembleia de Freguesia do Pinhal Novo e na proposta só conta como dirigente municipal, e recorda que também foi vereador na Câmara de Lisboa, portanto, sugere autarca e dirigente municipal.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que os serviços de toponímia, obviamente, na sua capacitação servem para atribuir números de polícia e consultar as pessoas, na perspetiva do urbanismo. Portanto, este trabalho resulta num conjunto de substancial de bibliografia que é pedido ao arquivo municipal e fazem a contextualização.

O Sr. Presidente refere que se forem aceites as alterações pelo proponente da proposta.

O Sr. Vereador Pedro Taleço, propõe a votação a proposta que se transcreve:

PONTO 12 – Atribuição de topónimos na Urbanização “Casas da Quinta” – Barreiros – Volta da Pedra, Freguesia de Palmela. Proc.º TOP-2080/2013.

PROPOSTA N.º DAU 02_11-19:

«Com a dinâmica de ocupação da Urbanização Casas da Quinta, loteamento titulado pelo alvará n.º 277, situada em Barreiros, Volta da Pedra, surge, naturalmente, a necessidade de atender a diversos pedidos de indicação de número de polícia.

Não tendo sido acautelada a atribuição de designações toponímicas à data do licenciamento das obras de urbanização do loteamento, momento oportuno para o efeito, importa agora, em face da efetiva ocupação dos lotes, promover a atribuição dos topónimos para os arruamentos desta urbanização que integraram domínio público municipal com a emissão do alvará de loteamento e cuja responsabilidade de manutenção está na alçada desta Autarquia desde 7/10/2009.

A urbanização em causa, é constituída por 15 arruamentos, entre Ruas e Travessas e atentas as suas características, foi possível, dentro do objetivo prosseguido pelos Serviços de Toponímia de priorizar antropónimos de relevo local e concelhio, dar cumprimento à recomendação da Assembleia Municipal atribuição do topónimo “**Rua António Matos Fortuna** – Historiador do Concelho de Palmela” em todas as Freguesias do Concelho, identificado com o n.º 1 na planta em anexo.

Por seu lado a Junta de Freguesia Palmela apresentou 10 propostas de antropónimos (entre os quais também António Matos Fortuna), relativos também a individualidades de relevo local e concelhio, devidamente identificados na planta em anexo, concretamente:

2. **Travessa Mariano Cardoso Caetano** – Dirigente Associativo e Ilustre Palmelense;
3. **Travessa Joaquim Fernandes Chula** – Autarca, Dirigente Associativo e Ilustre Palmelense;
4. **Travessa Álvaro de Carvalho Cardoso** – Autarca e Empreendedor Vitivinícola;
5. **Rua Vasco Machado** – Dirigente Associativo e Fundador dos Bombeiros Voluntários de Palmela;
6. **Rua José Hermano Saraiva** – Historiador;
7. **Rua Raul Machado** – Regedor de Palmela, Dirigente Associativo e Fundador dos Bombeiros de Palmela;
8. **Rua Inácio Baião** – Autarca e Ilustre Palmelense;
9. **Rua João Nunes “Parré”** – Fundador do Motoclube de Palmela e Ilustre Palmelense;
10. **Rua Acácio Ezequiel Chulo** – Dirigente Associativo, Músico, Ensaíador e Ilustre Palmelense;

Com enquadramento na alínea c) do n.º1 do artigo 9º do Regulamento de Toponímia do Concelho de Palmela (RTCP), e atento o disposto no 2 do art. 7º A do regulamento, sendo estes topónimos proposta da Junta, o parecer previsto na alínea ss) da 75/2013 de 12 de Setembro é dispensado. Já a Comissão de toponímia reunida a 17/05/2018, emitiu parecer favorável às 13 propostas indicadas.

Havendo necessidade de indicação de mais 5 designações e atento o tema escolhido, foi possível aos Serviços Municipais, encontrar 3 individualidades de relevo local e concelhio, especificamente:

11. **Rua Dr. Luís Guerreiro** – Autarca e Dirigente Municipal;
12. **Travessa Hortense Miranda Jones** – Ilustre Palmelense;
13. **Rua Emília Santo António** – Ilustre Palmelense.

Destes 3 topónimos é impossível não destacar aqui, sem embargo do relevo das restantes individualidades, o Dr. Luís Guerreiro, antigo dirigente desta Autarquia, que pela seu percurso profissional, mas também pelas suas características pessoais lhe valeram homenagens em vida, como a Medalha Municipal de Dedicção, Grau de Ouro, atribuída pela Câmara a 1-06-2012.

A Comissão de Toponímia, reunida a 19/07/2018 e 22/11/2018, emitiu parecer, também favorável aos 3 topónimos propostos pelos Serviços, bem como a Junta de Freguesia de Palmela, que emitiu parecer favorável, a 03/05/2019, cumprindo-se assim o do disposto no n.º2 do artigo 5º e no n.º 3 do art. 7º A do TCP.

Feitas as contas, falta ainda a atribuição de 2 topónimos, no entanto e pese embora as pesquisas efetuadas pelos serviços ainda não foi possível encontrar antropónimos que cumpram os requisitos. Assim e na impossibilidade de protelar por mais tempo a aprovação das designações dos arruamentos desta urbanização, em face da sua ocupação conforme inicialmente salientando, salvaguardou-se que os dois arruamentos que ficam, ainda, sem identificação, são arruamentos sem qualquer ocupação, quer no local, quer sem processo de obras em curso na Câmara.

Face ao exposto, atentas as notas biográficas das individualidades de relevo local e concelhio propostas, anexas á presente proposta, bem como os pareceres favoráveis da Junta de Freguesia de Palmela e da comissão de Toponímia, **propõe-se** a atribuição dos antropónimos identificados, referenciados e 1 a 13 e melhor identificados na planta em anexo à presente proposta e que dela fazem parte integrante, nos termos da alínea ss) do n.º 1 do art. 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha. Aprovado em minuta.

Declaração de voto do Sr. Vereador Luís Miguel Calha:

Refere que se absteve porque, concordando com todos os nomes que foram apresentados, acredita que retirar da proposta a referência a governante no caso de José Hermano Saraiva, não apaga o papel que teve na história e que desempenhou no regime fascista.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

Sr. Eduardo Machado (1.)

Cumprimenta os presentes e apresenta desculpa por falar um pouco mal, mas tem uma deficiência no ouvido direito. Portanto, na questão do último ponto da reunião que foi aqui discutido.

O **Sr. Presidente** interrompe e recorda ao Sr. Eduardo Machado que as propostas só podem ser discutidas exclusivamente pelos/as Srs./as Vereadores/as.

O **Sr. Eduardo Machado** refere que como palmelão e se mandasse, existe uma rua aqui perto da Biblioteca que tem um nome de uma pessoa que não trabalhou, seria preciso ser de Palmela para se conhecer os antecedentes, ou seja, questiona o que é que o Sr. Luís de Matos fez por Palmela? Refere que não tem nada contra o Dr. José Hermano Saraiva, mas se mandasse, havia aí uns 5 ou 6 casos, e o Sr. Vereador Luís Miguel Calha conhece, era capaz de tirar meia dúzia de nomes de ruas. Porque não é por carisma político, mas sim com feitos e requisitos que as pessoas sabem o que é bom. Portanto, conhece Palmela há 75 anos, recorda que o Dr. Botelho foi seu médico e de quase toda a gente de Palmela, que além de dar as consultas de graça, ainda ajudava financeiramente para comprarem medicamentos a quem mais precisava.

Portanto, como é do conhecimento de todos e tem tido a colaboração da autarquia, até porque é provavelmente uma das pessoas que tem mais casa aqui em Palmela e refere que no dia 25 de Abril falar com o Sr. Vereador Luís Miguel Calha e pediu à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho um atendimento, que até já tinha feito esse pedido antes. Aliás, quem prestou vassalagem neste país, foi Gonçalo Silva na Índia e afirma que aqui não presta vassalagem a ninguém, portanto, quando a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho lhe pediu para tirar os azulejos do café, tirou, quando lhe pediu para tirar o passeio que tinha e que a família Abílio Santos Coelho lhe pediu para não retirar, acabou por tirar. O Sr. Arqt.º Martinho pediu-lhe para tirar isso da padaria que também comprou e tirou. Agora tem uma contra ordenação para um prédio que detém e que tem onze inquilinos, que era a casa dos seus avós, uma casa que deve ter uns 70 anos e que colocou uns azulejos na alçada principal por causa do salgadiço. Um outro prédio no Largo Marquês de Pombal, sabem como estava, cheio de vigas que a autarquia lá colocou e

agora tem tudo de novo e sabem quanto tudo isso custa, portanto, fez essas obras todas, pelo que considera que tem colaborado com o serviço do Centro Histórico. Por isso veio pedir à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho para ser ouvido e não apenas no dia 17 como referiu, até porque foi inspetor e responsável pelo distrito de Leiria, foi responsável pelo distrito de Santarém e alto e Baixo Alentejo, tinha 49 revendedores e nunca se negou a nada em favor de trabalho e agora nem sequer foi ouvido, quando só lhe pediu um minuto do seu tempo. Refere que é muito amigo da Sra. Vereadora e da sua família, mas ficou muito desiludido.

Portanto, quer a compreensão do executivo para esta questão, porque têm de ter flexibilidade e recorda que quando foi responsável pelo alto e Baixo Alentejo colocou um processo na Câmara Municipal de Évora num local na Praça do Giraldo, e conseguiu resolver aquilo em 15 dias, devido à imagem da Petrogal.

Em Palmela, ao sábado e ao domingo, é difícil encontrar 30 ou 35 pessoas, não se vê ninguém e o que vão fazer com isso? Concorda que existam as sopas caramelas, mas tem de haver outros requisitos que são necessários fazer por Palmela. Refere ao Sr. Vereador Paulo Ribeiro que quando aqui se fala de certas coisas, deve saber do que é que se fala, porque têm de ser de Palmela e sem levar toques da esquerda ou da direita, têm de conhecer Palmela. Portanto, pede a colaboração da Câmara e se calhar acaba por dar razão a alguns que fazem obras aqui no Centro Histórico de Palmela ao sábado e ao domingo, com funcionários da câmara e da junta a trabalhar lá e por isso pede compreensão, porque por causa de uns azulejos teve uma contra ordenação, pagou um licenciamento e uma multa.

A partir deste momento, não existe áudio, pelo que não é possível transcrever em ata o que decorreu em reunião durante esse período.

Sr. Eliseu (2.)

Cumprimenta os presentes e refere que é a primeira vez que vem a uma reunião de Câmara. Refere que apenas conhece uma pessoa da plateia e que não tem cores políticas. Portanto, vai apresentar a sua exposição através da leitura de uma carta que trouxe de casos fundamentados e aquilo que vai referir, o senhor que está na plateia conhece há muitos anos esse problema.

Reside no Aceiro do Caminho-de-ferro, no CCI 20914, Bairro Maria de Lurdes, Penteadado, 2955-013 Pinhal Novo e ainda está por descobrir quem deu este código 013, porque não existe. Refere que reside num sítio e que comprou uma casa que o Sr. Presidente passava muitas vezes por aquela estrada, a Rua Voz do Operário e a casa que comprou foi a última casa quando virava para a casa onde reside. Está a falar de 1963, uma casa com a matriz 1725 com a localização do prédio a dizer Câmara Municipal de Palmela, Avenida ou a Praça a dizer Penteadado - lugar código postal 2955 - Pinhal Novo. Avenida ou Rua Voz do Operário, lugar do

Penteado código 2955 – 013 que faz confrontações com a Norte com o Bairro Maria de Lurdes. O que acontece é que comprou essa casa, mas, como o senhor Presidente sabe, a estrada era a que atravessava o Bairro Mesquita e foi fechada pela Refer ou pela câmara para o interesse da Refer e ainda hoje tem o nome de Rua Voz do Operário e só não pega com a parte de lá porque tem a passagem de nível a obstruir a mesma estrada. Como o senhor Presidente sabe, aquilo tem sido um caos ao longo dos anos, no Aceiro do Caminho-de-ferro que pertence à Junta de Freguesia de Pinhal Novo e já resolveu aquilo que tinha a resolver com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que vai limpar o aceiro onde reside e o outro tal aceiro em que o Sr. Presidente da Câmara ainda era Presidente da Junta de Freguesia, na altura o confrontou sobre as duas moradias que foram feitas na Rua Voz do Operário, adjacentes com um aceiro, feito pelo Sr. Carlos Pisco e também se deve recordar disso, pois na altura havia-lhe dito que tinha sido pago para o aceiro 35 mil euros à Câmara Municipal de Palmela. Na altura o Sr. Presidente mostrou-se estupefacto como aquilo que disse e foi até lá e descobriu que, realmente que foi dado esse dinheiro para aquelas infraestruturas, mas na altura, o que você disse foi, que a presidência da Câmara lhe tinha dito que não tinha tido tempo e que esse dinheiro tinha ido para outro lado. A resposta que o senhor disse para que transmitisse aos moradores foi que, quando fizessem obras no Bairro Mesquita, nessa altura, colocariam lá uma máquina e arranjariam o aceiro. Até à data nenhuma máquina foi lá parar ao aceiro. Atualmente, toda a água que vem da linha do comboio e da chuva, do lado norte, vem para o lado Sul, que é da estrada principal de quem vem do Pinhal Novo para o lado Norte se junta aí, onde está este aceiro, chegando a ter 40 cm de água de altura. A casa que comprou, é uma vergonha, gastou milhares de euros na casa e entra água para dentro de casa. Refere que já foi à Câmara, falou com o Sr. Presidente da Junta que já arranjou uma parte do problema, mas toda a água que vem da zona do Bairro Mesquita e da estrada principal, vai toda desembocar na sua casa. Foi à Câmara, mas ainda não conseguiu falar com a Eng.^a Cristina que nunca o quis receber, aliás é muito mais fácil falar com o Presidente da Câmara do que falar com a Eng.^a Cristina, que só tendo falado com ela uma vez ao telefone, não gostou nada do que ela lhe disse. Anda lá um empreiteiro a limpar esta estrada com as máquinas e pediu a esse empreiteiro para lhe limpar as ervas junto à casa onde reside e ele respondeu-lhe que não podia, por ordens da Câmara. Nessa conversa com a Eng.^a Cristina ao telefone, a mesma referiu que essa limpeza era da responsabilidade da junta de freguesia e que excionalmente o fazia desta vez, mas que não voltasse a pedir. Quando começou a chover, foi limpar sozinho e acabou por ser agredido por dois capangas por estar a limpar aquilo que entende que pertence à Câmara. Fez queixa à GNR, foi parar ao Hospital do Barreiro todo negro.

Refere que já não tem paciência, remeteu um ofício à Câmara e a resposta que recebe é que até desconhecia que aquela estrada já tem alcatrão e que essa estrada pertence à Câmara Municipal da Moita e não à Câmara Municipal de Palmela e tem documento consigo que pertence à Câmara Municipal de Palmela desde 1963. Portanto, questiona o Sr. Presidente

sobre o que fazer, quando lhe entra água para dentro de casa, os CTT não vão até lá porque as caixas estão rodeadas de água, quando limpa o terreno adjacente, para não lhe entrar água, leva uma tarefa de dois indivíduos.

Uma outra questão é o Sr. Presidente ainda é do tempo, quando passava ali, havia valetas junto à estrada e a 1ª preocupação das pessoas que compraram as casas, foi tapar essas valetas, colocando a terra mais alta que a estrada e assim fica sem condições de conter a água de ir desaguar à sua casa, pelo que se não for a Câmara a ir lá e por aquilo como deve de ser. Portanto, está estupefacto quando uma pessoa que trabalha na Câmara lhe responde dizendo que aquela rua não pertence à Câmara Municipal de Palmela. Portanto, tem de saber a que autarquia pertence para poder tratar deste problema.

O Sr. Eliseu continua a sua intervenção e apesar de estar ao microfone, o discurso é completamente confuso, não sendo possível a sua transcrição em condições.

O Sr. Eliseu refere que se a autarquia quiser agregar o Bairro Mesquita ao bairro Maria de Lurdes, faça como entender, mas tem de dar uma morada correta para que, como município, possa tratar dos documentos e tratar dos esgotos.

Uma outra questão foi a da ligação de água, pois não tinha água canalizada, mas não fizeram a obra até ao fim e pergunta porque é que não o fizeram. Acaba por ter de pagar o lixo dos outros, porque deveriam ter dito que as pessoas tinham de colocar um contador, porque ao final de cada mês, paga a Câmara Municipal de Palmela mete o dinheiro dos resíduos na fatura da água e os outros que não têm contador e vão despejar o lixo nos contentores? Refere que está desesperado e pede ajuda ao executivo da Câmara Municipal de Palmela.

Sr. Acúrcio (3.)

Cumprimenta os presentes e refere que hoje foi ao centro de saúde e à farmácia e quando vinha a subir a estrada do cemitério, roçou pelo lancil, ou seja, aquilo ali está muito estreito e apesar de ser uma obra muito bem-feita, quem sobe tem a estrada muito estreita e quem desce, fá-lo com muita velocidade e acha que assim está um perigo. Basta um pequeno descuido para se ter ali um acidente.

Face às questões apresentadas pelos Srs. Municípes, são prestados os seguintes esclarecimentos:

_ Em resposta ao Sr. Acúrcio (3.) o **Sr. Presidente** refere que na sequência da obra que ali foi feita e que melhorou muito a circulação pedonal em conforto e segurança, estimam ainda no futuro, poder vir a fazer no lado contrário da via, a canalização das águas pluviais, ou seja, em vez de ficar com a valeta espraçada que está em cimento, vir a ter o encaminhamento

subterrâneo, que permitirá depois, não tanto fazer um passeio do lado contrário, porque não há espaço para isso, mas, pelo menos poder alargar um pouco a plataforma da via e repintar o eixo. Esse assunto está efetivamente a ser estudado, não é para breve, mas já têm esse assunto diagnosticado.

_ Em resposta ao Sr. Eduardo Machado (1.) o **Sr. Presidente** refere que não tem dúvidas que tem sido um ilustre palmelão, empreendedor e que muito tem contribuído para a requalificação do centro histórico da vila, de facto, são inúmeros os imóveis que o senhor adquiriu em péssimo estado e tem feito um excelente trabalho de reabilitação, que tem proporcionado habitação a custos controlados para quem quiser alugar as suas casas e uma outra imagem urbana, com o trabalho de quem tem feito. Obviamente, que este trabalho, nunca é isento do cumprimento de um conjunto de regras e de restrições. Algumas delas não são impostas pelo município, mas pela Direção-Geral do Património Cultural que, recentemente, por iniciativa e orientação da Sra. Vereadora e também com o trabalho dos técnicos do município, a autarquia fez uma exposição por causa da interpretação das normas e da legislação relativamente ao centro histórico, porque também entendem que está a ser exigido demais, até na questão da exigência de acompanhamento arqueológico para a colocação de um roço para a canalização de água e, portanto, a lei é o que é, mas estão a procurar junto da tutela, resolver algumas dessas situações.

Sobre a questão dos azulejos, os que devem ficar nas fachadas os que não estão, por vezes não se consegue, e entende que a intenção do Sr. Eduardo Machado é a melhor, mas há, de facto, normas que o município não pode autorizar e outras que têm de recuar um pouco. Portanto, custa um bocadinho mais, mas tanto custa fazer menos bem, como fazer bem, e considera que o Sr. Eduardo Machado também gosta de fazer bem e, por isso, regularizou um conjunto situações, pagou multas, em outras não pagou e conseguiram consensualizar soluções. Portanto, não podem partir do pressuposto que se pode deixar fazer sem regras, porque a administração tem de cumprir as leis. Quanto ao pedido de atendimento, a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, acredita que não tenha sido intencional, até porque é por essa razão que existe uma estrutura na Câmara que pode responder e atender as pessoas. Mas têm de ter compreensão pela agenda que têm, enquanto autarcas que não deixa tempo para quase nada, que têm dias em que quase não dormem. Enfim, existem alturas, como aconteceu nas últimas semanas, em que estão em Lisboa a discutir a contratualização dos transportes da tal concessão dos transportes da área Metropolitana, e não deixa espaço para mais nada. Estão sempre com responsabilidades de representação, 24 horas sob 24 horas. Enfim, se a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho só pode marcar para dia 17, possivelmente percebeu que era um assunto que não tinha de ser resolvido logo naquele dia e com calma, para receber bem e poderem falar com tempo, tinha de ser no dia 17. Isto para explicar que não tem havido tempo e não é má vontade nem desconsideração pelo Sr. Eduardo Machado.

O Sr. Eduardo Machado fala, sem usar o microfone, pelo que não é perceptível para poder ser transcrito em ata.

_ Em resposta ao Sr. Eliseu (2.) o **Sr. Presidente** refere que conhece a situação e em primeiro lugar esclarece que está agendado com a Sra. Diretora uma visita ao local na sexta-feira às 9 da manhã. Quanto à identificação do local e ao um lapso da técnica municipal, que não fez por mal, aliás, já tiveram esse problema no lado do Bairro Mesquita e já está resolvido. A Rua Voz do Operário começa num caminho municipal na estrada municipal 533-1 e termina onde começa um aceiro chamado Rua das Searas. A Rua Voz do Operário, administrativamente, está no concelho da Moita, com construções do concelho da Moita, a ponte e a nascente do Concelho de Palmela, freguesia de Pinhal Novo, lugar do Penteado, o Bairro Mesquita e o Bairro Maria de Lurdes, cuja identificação é clara. O senhor falou das obras do Bairro Mesquita que começaram a ser discutidas em 1998/199 e foram concluídas em 2005. Somente no ano passado a Simarsul começou a colocar lá a estação elevatória para servir a Moita, permitiu que a Câmara de Palmela ligasse os esgotos aos lotes das pessoas do bairro. Quando começaram a ter projetos para construção nova, porque havia lá umas casas antigas, umas por licenciar e outras em construção nova no Bairro Mesquita, tiveram o mesmo problema com a toponímia, porque a toponímia passou a ter o código da freguesia, o 2955 e o da Moita 2860 e a distinção que entretanto foi feita, foi através dos últimos 3 dígitos. Na questão que foi resolvida, no Bairro Mesquita, os de Pinhal Novo, é o 2955 e um código de 3 dígitos e o nome da rua até pode ser a mesma para os dois concelhos, mas tem atribuído um código diferente.

Portanto, se isso não está feito, a norte da linha no Bairro Maria de Lurdes, a autarquia vai avaliar isso, porque já trouxeram no mandato anterior a reunião de Câmara, uma proposta que visou corrigir essa questão da Rua Voz do Operário, mas da passagem de nível para Sul.

O **Sr. Eliseu** interrompe o Sr. Presidente, não usa o microfone, não é perceptível e ainda falam em simultâneo, pelo que não é possível a transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** esclarece que é normal a partilha das infraestruturas entre concelhos e sobre a questão de identificação que terá equivocado, porque os técnicos municipais consultam o mapa do SIG, Sistema de Informação Geográfica e aquela Rua tem em cima, uma linha de delimitação do concelho e a Rua está como pertencente ao Concelho da Moita, tal como a estrada 1024, que começa no entroncamento e vai até aos ao cruzamento dos 4 Marcos e serve os 2 concelhos, portanto isso é normal nestas zonas limítrofes. Pelo que com esta esta operação de clarificação dos códigos pretende-se acabar com a confusão da toponímia para que, no seu cartão de Cidadão e de outros, fique tudo clarificado.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

O **Sr. Presidente** esclarece que o Aceiro do Caminho-de-ferro começa no início do Bairro Mesquita e termina num viaduto pedonal, que foi cortado quando foi feito o eixo Norte-Sul para a Fertagus.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

O **Sr. Presidente** esclarece que sobre a questão das infraestruturas e das águas, é necessário fazer uma drenagem superficial através de valetas espreiadas para o ponto de entrega onde for possível, que tanto pode ir no interior da rua que passa pelo Bairro Maria de Lurdes que todos têm lá rede de águas e que não estão ligados, e se houver cota, tanto pode vir para o lado da linha se eles deixarem entregar ali ou para a estrada municipal que até tem umas valetas abertas que vão dar à linha de água. Portanto, é isso que vai ser necessário averiguar para poderem intervir, nivelando as bermas, seja do lado da Moita porque não é preciso a autorização do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Moita nem da senhora que reside no outro lado, até porque é mentira que aquele terreno seja dela.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

O **Sr. Presidente** esclarece que o muro depois de estar licenciado e de ter o alinhamento, dá lugar a uma cedência ao domínio público e aquele espaço passa a ser do domínio público, esteja ou não esteja escriturado e, é gerido pelo município que é quem tem a competência legal de gerir aquele domínio público.

Sobre a questão dos esgotos, refere que passa ali o emissário da Simarsul, mas não se pode ligar diretamente ao emissário, tem de se fazer uma rede paralela em baixa, ou um coletor onde entram esgotos do munícipes e depois, esse coletor é ligado ao emissário. Esse estudo já foi feito na Câmara e conclui-se que há quota para ligar graviticamente. Estando esse estudo feito, pede ao Sr. Eliseu que solicite os esgotos, fazendo um requerimento à câmara e nessa altura, a Câmara vai ter de responder e dizer mesmo que os seus vizinhos não queiram, a Câmara vai fazer. O estudo está feito e há possibilidade de ligar graviticamente, depois, irá ser feita uma rede, pelo menos ali na Rua Voz do Operário, onde todos possam convergir graviticamente ao mesmo coletor, que depois é ligado ao da Simarsul. Aliás, é interesse da autarquia que todos estejam ligados, porque tem sido feito um grande investimento nesta matéria e quanto mais pessoas estiverem ligadas, mais ajudam a pagar esse investimento.

Relativamente à questão da água que foi canalizada e vizinhos que se ligam ou não, tenham ou não a casa ocupada, esclarece que por lei e está no Regulamento Municipal, a obrigatoriedade de as pessoas terem contrato, precisamente por aquilo que disse, porque quem não está

ligado, faz lixo e não paga resíduos, mas esse é um grande problema que têm no concelho de Palmela, porque muita gente tem sistemas autónomos e não há, neste momento, forma de faturar individualmente. O regulamento Municipal prevê e está a funcionar, mas está a funcionar para as unidades económicas e para as empresas que têm um sistema próprio. Para os particulares, ainda não é possível, dada a dispersão do território. Portanto, nessa medida, os serviços municipais, à semelhança do que já fizeram noutras zonas, em que as pessoas passaram a ter os esgotos e que algumas ainda não estão ligadas, vão notificar essas pessoas que não estão ligadas para a obrigatoriedade de se ligarem.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

O **Sr. Presidente** refere que é a denominada tarifa fixa. Portanto, sobre a última questão sobre os que construíram as moradias e que pagaram infraestruturas, esclarece que qualquer pessoa que construa em local que não tem ou que tenha acesso às infraestruturas, paga nas suas taxas de licenciamento urbanístico, taxas para as infraestruturas, umas chamadas taxas de reforço de infraestruturas, porque elas já lá podem existir, mas têm de ser remodeladas porque não duram a vida inteira. É assim em todo o país e outras pagam por conta da existência das infraestruturas que hão de haver, porque existem sítios em que essas infraestruturas demoram a prolongar-se.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

O **Sr. Presidente** refere que essas taxas de infraestruturas foram pagas e vão servir para a Câmara ir fazendo as infraestruturas, mas as infraestruturas que aqueles senhores pagaram vão ter direito e é por isso que queriam fazer o projeto, e o estudo foi feito, naturalmente, é para servir também as pessoas das vivendas que, neste momento, têm sistema autónomos e que vão ter de se ligar no futuro.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

O **Sr. Presidente** refere que na sexta-feira irão ao local e a primeira medida será procurar intervir no nivelamento dos terrenos, de forma a evitar que as águas inundem a sua casa, depois verificar este estudo e ver como é que podem começar, porque não é uma coisa que seja dispendioso. Sobre a questão da toponímia e do código, para poder resolver o assunto e acabar com essas questões nos registos das Finanças, vão ver se é possível ser resolvido.

O **Sr. Eliseu** continua a interromper o Sr. Presidente, não usa o microfone e não é perceptível para a transcrição em ata nas devidas condições.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que isto de ser eleita e autarca, por vezes, não justifica quando se ouve críticas injustas, mas com todo o respeito pelo Sr. Eduardo Machado e

todo o carinho que também tem pelo senhor, portanto, é recíproco, acha que dizer que está cá para o diálogo, mas depois vir aqui publicamente dizer que o disse, parece que não é bem o caminho que o senhor pretende, mas, enfim. O Sr. Eduardo Machado acusou-a de querer que lhe prestasse vassalagem, pelo facto de ter marcado um atendimento apenas para o dia 17, e referiu que não presta vassalagem, esclarece que tal como lhe havia referido no dia 25 de Abril, que infelizmente, não estava à espera dos munícipes para atendimentos numa secretária, ou seja, o trabalho é tanto que não estou à espera, porque se, obviamente, o pudesse atender antes, era com todo o gosto que o faria e não de outra forma, até porque os princípios e valores que os pais lhe transmitiram, família que o Sr. Eduardo reconhece como idónea, valores que foram sempre os da humildade e, jamais agendaria um atendimento, só pelo simples facto de achar que era importante ou que o senhor tinha de esperar. Refere que trabalha mais de 13 horas por dia, ainda ontem foi para Lisboa sem almoçar e quando passou por casa de seus pais, saiu com uma banana e foi esse o seu almoço. Muitos dias não janta e por vezes recebe uma chamada de seu pai a dizer, "tens de ter meia hora se, pelo menos, para a tua mãe". Portanto, senhor Eduardo se marcou para o dia 17, reforça que foi por total impossibilidade e foi isso que disse, no dia 25 de Abril. Referiu ainda que se houvesse alguma desmarcação, agendaria com todo o gosto, antes do dia 17. Não houve desmarcações e teve as reuniões que tinham sido agendadas com os munícipes, tal qual como o senhor, são cidadãos de 1ª, atendimentos com munícipes que tinham requerido atendimentos antes do Sr. Eduardo e como tal, previamente agendados. Mas também é verdade que não é por ordem de chegada, porque se houver uma situação urgente, naturalmente que essas situações são priorizadas. Também é verdade, como disse o Sr. Presidente que não atende os munícipes na rua, porque os munícipes merecem respeito e os atendimentos devem ser feitos com ata, onde todos assinam os compromissos de ambas as partes e é assim que faz. Depois dizer que, de facto, como disse, não obriga ninguém a prestar vassalagem e obviamente, também não presta vassalagem, por isso, a agenda, é a agenda que tem e não foi possível o atendimento noutro dia.

Refere ainda que lamenta que a comunicação social já não esteja presente para ouvir esta explicação, mas estará disponível em ata e podem consultar. Há quem gosta destas coisas, destas situações em que as pessoas vêm aqui dizer "umas coisas". Há uma verdade que aprendeu com os seus pais, que é ouvir os 2 lados, não ficar só com uma parte, uma só parte da verdade, é ouvir também os outros. Portanto, fiquem, obviamente cientes desta explicação e tirem daí as suas ilações e as críticas que tiverem de fazer, em relação ao senhor ou a mim, só ouvindo os dois lados é que podem julgar.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezanove horas e vinte e sete minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*,

Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco